

Lutamos pela nossa aposentadoria, afirmou

# Cassar direitos de policiais interessa só a corruptos, diz Segovia para Maia

Câmara aprova a MP da isenção de R\$ 1 trilhão para múltis petrolíferas

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de quarta-feira o texto-base da Medida Provisória 795/2017, a chamada MP do Repetro, que cria um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, beneficiando as petrolíferas estrangeiras no pré-sal. Segundo estudo da Consultoria Legislativa da Câmara, o Brasil vai perder, em 25 anos, um trilhão com a brutal renúncia fiscal. A MP foi aprovada por 208 votos a favor e 184 contra. **P. 2**

**HORA DO POVO**  
ANO XXVIII - Nº 3.593 1 a 5 de Dezembro de 2017



**1**  
REAL  
BRASIL

Nas bancas  
toda quarta  
e sexta-feira

**Diretor-geral da PF não deixa o presidente da Câmara esquecer que é alvo da Lava Jato**

O diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, fez ver a Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, em reunião realizada na terça, para debater as mudanças nas regras da Previdência, que tirar di-

reitos de policiais federais neste momento só interessa aos criminosos do colarinho branco. "Perder direitos neste momento seria péssimo para o policial, que hoje enfrenta a corrupção, enfrenta diversos problemas no país", destacou Segovia. **Página 3**

## Temer diz em nota que não tem medo de ir para trás das grades



### Servidores botam bloco na rua contra o assalto à Previdência

Servidores públicos federais tomaram a entrada da Câmara dos Deputados, em Brasília, na terça-feira, 28, em manifestação contra a reforma da Previdência que o governo quer aprovar ainda este ano, apesar da forte

rejeição da população. Os manifestantes se reuniram pela manhã para dar início à marcha até a Esplanada dos Ministérios munidos de faixas, buzinas, bandeiras e gritando palavras de ordem como "Fora Temer" e "Não

tem arrego, você tira essa reforma e eu tiro seu sossego", porém as caravanas de outros estados foram barradas pela polícia militar na altura da Catedral de Brasília. "Foi algo inédito, pois apesar da garantia constitucional, o direito

de ir e vir dos trabalhadores foi cerceado", afirmou o secretário-geral do Sindsep-DF (Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal), Oton Pereira Neves, que também foi parado pelo bloqueio da polícia. **Página 5**

Em resposta às críticas de um colunista, que ridicularizou a alucinação palaciana, sobre uma hilariante reeleição de Temer, o Planalto fez uma nota atacando o jornalista, e afir-

mando: "O presidente não teme ir para trás das grades". Eduardo Cunha, Geddel e outros cúmplices de Temer falaram o mesmo e hoje estão curtindo divertidas férias no xilindrô. **P. 3**

### Janot: Agi para "fazer cessar os crimes em curso praticados por altas autoridades da República"

"Eu tinha a seguinte escolha de Sofia: fazer cessar os crimes em curso ou deixar para lá. Eu decidi pelo interesse público, eu vou fazer cessar estes crimes. E, hoje, eu faria exatamente a mesma coisa, a mesma postura", afirmou o ex-procurador-geral Rodrigo Janot. "Os executivos da Odebrecht chegaram com crimes praticados. As informações da JBS eram crimes em curso". **P. 3**



### Secretária do Tesouro inventa déficit da Previdência maior do que o PIB

A gênica pegou supostos "resultados" da Previdência para os próximos 43 anos, e, especialista em astrologia que é, achou o "déficit" que queria. Depois, dividiu pelo número de crianças e jovens que existem hoje no Brasil. Chegou à conclusão de que cada criança e jovem está devendo R\$ 110 mil. E isso ainda é manchete de certos jornais... **Página 2**



### "Paquidêrmicos" são aqueles que se apropriam de estatais, afirma Nilson

O professor Nilson Araújo rebateu a declaração do governador paulista Geraldo Alckmin, de que pretende acabar com o "Estado paquidêrmico"

através de privatizações. "Paquidêrmicos são os organismos que se apropriariam das estatais caso houvesse o choque de privatização que ele quer". **P. 2**

Cresce o desemprego na região metropolitana de SP

# Tesouro fabrica déficit de nove trilhões para atacar Previdência



Luiz Macedo/Agência Câmara

## Câmara aprova renúncia fiscal para múltis açambarcadoras do pré-sal

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de quarta-feira (29/11) o texto-base da Medida Provisória 795/2017, a chamada MP do Repetro, que cria um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, beneficiando as petrolíferas estrangeiras no pré-sal.

Segundo estudo da Consultoria Legislativa da Câmara, o Brasil vai perder, em 25 anos, um trilhão com a brutal renúncia fiscal.

Deputados contrários à MP mantiveram a sessão em obstrução por mais de 4 horas. “A Petrobrás está sendo entregue aqui, hoje. Essa MP é uma vergonha”, criticou o deputado Júlio Delgado (PSB-MG). “Não podemos entregar o nosso Brasil, gerar essa renúncia fiscal para atender os interesses das petrolíferas”, afirmou André Figueiredo (PDT-CE), em plenário.

Os parlamentares denunciaram o lobby feito pelo ministro de Comércio do Reino Unido Greg Hands em defesa das petrolíferas britânicas BP, Shell (anglo-holandesa) e Premier Oil. Segundo o jornal inglês The Guardian, Hands esteve no Brasil em março, onde se reuniu com “autoridades” do governo Temer, no Ministério de Minas e Energia, para tratar dos impostos, da exigência do conteúdo local na exploração do pré-sal e da legislação ambiental.

Antes de se afastar da presidência da comissão que analisou a MP, o senador tucano José Serra, o mesmo que acabou com 30% de obrigatoriedade da Petrobrás no pré-sal e da estatal ser operadora única, tentou aprovar a medida provisória antes da 2ª e 3ª rodadas de leilão do pré-sal. A Shell foi a empresa estrangeira que mais se beneficiou com os dois leilões, além de ter participado do primeiro leilão

de privatização do pré-sal realizado no governo Dilma Rousseff, no campo de Libra.

Os impostos que têm as suas cobranças suspensas são o Imposto de Importação (II), IPI, PIS-Pasep Importação e Cofins-Importação.

O texto aprovado permite que, a partir de 2018, empresas do setor deduzam na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) os valores aplicados em atividades de exploração e produção. Também passa a ser dedutível do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da CSLL o gasto com a importação de máquinas e equipamentos, atingindo em cheio a indústria nacional.

A MP 795 foi aprovada por 208 votos a favor e 184 contra.

Em agosto, no mesmo dia que editou a MP, o governo federal publicou um decreto que determina a prorrogação até 2040 do Repetro.

## Aumenta o desemprego na Grande São Paulo

Na Região Metropolitana de São Paulo, os efeitos da recessão foram responsáveis por elevar a taxa de desemprego em outubro para 17,9% da população economicamente ativa, um aumento de 0,7% de um ano para outro.

Segundo a pesquisa mensal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a taxa correspon-

de a um aumento de 84 mil pessoas nas estatísticas de desempregados e é a maior para o mês de outubro desde 2003.

O número total de desempregados na região metropolitana de maior importância econômica e produtiva do país foi estimada em 1 milhão e 994 mil pessoas em outubro de 2017.

O número de desempregados também cresceu

em relação a setembro: 6 mil pessoas a mais, o que decorreu da eliminação de 36 mil postos de trabalho concentrados principalmente no setor de comércio e serviços.

Enquanto isso, os recursos públicos continuam sendo empenhados em propagandas para negar a crise, ao invés de garantir investimentos necessários para alavancar a economia.

## Queda nos investimentos derruba vendas de máquinas e equipamentos, diz Abimaq

As vendas da indústria de bens de capital no mercado interno sofreram uma queda de 10,2% no mês de outubro em relação a setembro, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), na quarta-feira (29). Considerando-se as exportações no mês as receitas líquidas ficaram com uma variação de -0,04%.

No acumulado de janeiro a outubro, as vendas em 2017 ficaram inferiores em menos 3,1%, apesar do crescimento das exportações no período de 13,1%. Em outubro as exportações tiveram uma variação de +10,0%

em relação a setembro.

Os investimentos da indústria em geral, medidos pela demanda por máquinas e equipamentos ao setor de bens de capital, ou consumo aparente, continua com números dramáticos. Na comparação do acumulado do ano observa-se uma redução de 20,4% em relação a 2016 e, pior, há quatro anos vêm registrando quedas, o que desmente as recentes notícias de retomada dos investimentos.

Em outubro o consumo aparente ficou reduzido em 5,2% em relação a setembro por influência da acentuada queda das vendas internas de -10,2% e da retração nas importações de -2,8%.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI, apesar de apresentar raquitica alta em relação a setembro de 0,06% e de 12,0% na comparação interanual, continua indicando uma muito alta ociosidade. Em outubro, o NUCI ficou em 74,1%.

Também é dramático o quadro do número de empregados no segmento de máquinas e equipamentos, que em outubro foi de 290 mil trabalhadores. Na comparação interanual 11,4 mil postos de trabalho foram fechados, por 46 vezes consecutivas há quedas nessa base de comparação.

J. AMARO

## Bancada rural aprova urgência para projeto que dá calote nas dívidas com o Funrural

A Medida Provisória de renegociação das dívidas previdenciárias de produtores rurais enviada por Michel Temer ao Congresso em troca do apoio da bancada ruralista acabou perdendo a validade na terça-feira (29) por não ter acordo na votação.

Contudo, um projeto de lei de autoria de seus pares na Câmara – e com o mesmo conteúdo – passa agora a tramitar em regime de urgência. Tal qual a MP, o projeto oferece “condições especiais” para que os produtores rurais e adquirentes da produção (como frigoríficos e empresas de laticínios) sejam praticamente anistiados de suas dívidas com o Fundo

de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Nos mesmos moldes, os grandes donos de terra e proprietários de empresas do agronegócio, como a JBS, poderão parcelar os débitos com a Seguridade em até 180 vezes, além de obter 100% de desconto nos juros e de 25% nas multas, segundo o projeto. Apesar de ser nomeado programa de regularização de dívidas, o texto, ao invés de beneficiar a Receita e cobrar quem deve, também reduz de 2% para 1,2% a alíquota de contribuição (sobre o faturamento bruto) dos produtores para com o Funrural a partir de janeiro de 2018.

O Plenário, que antes havia recusado os termos do

programa de anistia, aprovou por 325 a 29 o caráter de urgência do projeto de lei apresentado às pressas pelos deputados Zé Silva (SD-MG) e Nilson Leitão (PSDB-MT) – ambos membros da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), junto a Kátia Abreu e outros escravagistas.

O único adendo feito ao texto oriundo do Executivo é a precedência para inclusão de outras dívidas do setor na “renegociação”.

Com a medida, ao menos R\$ 17 bilhões que tem por destino a Previdência Social deixarão de ser arrecadados – enquanto Temer e Meirelles continuam propagando que a Previdência é deficitária.

PRISCILA CASALE

O déficit de 147% do PIB é, portanto, uma construção mentirosa. Os R\$ 110 mil que cada jovem ou criança teria como dívida, por conta desse déficit, já é um caso para o Código Penal – estelionato, falsificação, “falsidade ideológica”

Depois de nossa última edição, no ataque à Previdência houve mais uma fraude – dessa vez um escândalo imoral, perpetrado pela secretária do Tesouro, intitulado “Aspectos Fiscais da Seguridade Social no Brasil”, com trechos, martelados pela mídia, como o seguinte: “*estima-se que somente a União possua um déficit atuarial previdenciário de R\$ 9,23 trilhões (...) se fosse dividido igualmente pela geração mais nova brasileira (...) representaria uma dívida atual de R\$ 110.274,79 por jovem ou criança brasileira*” (cf. STN, “Aspectos Fiscais da Seguridade Social no Brasil”, p. 2, grifos nossos).

“Estima-se”? Com o “estima-se”? O déficit existe ou não existe?

Se fosse verdade, a Previdência teria um déficit de 147% do PIB, ou seja, 147% da soma do valor de todas as mercadorias e serviços dentro do Brasil no ano.

Nem o Meirelles conseguiu, até agora, dizer um negócio desses – e olha que o Meirelles tem muita dificuldade em limitar suas próprias mentiras.

Mas, como é que o suposto déficit federal da Previdência pode estar em 147% do PIB, se a própria secretária do Tesouro, em outro trecho do mesmo papelucho (não chega nem à pretensão de “estudo”) diz que o suposto déficit atual da Previdência é “2,8% do PIB”?

Como então, a secretária do Tesouro inventou um déficit de R\$ 9,23 trilhões?

A resposta está em uma nota minúscula, que quase nos passou despercebida:

“O cálculo do déficit atuarial do RGPS [Regime Geral da Previdência Social] foi inferido utilizando-se uma taxa de desconto real de 6% sobre os resultados previdenciários de 2018 a 2060 (...). Esses valores seriam maiores caso se adotasse um horizonte temporal de 75 anos, como no caso do RPPS [Regime Próprio da Previdência dos Servidores]” (grifo nosso).

Realmente, se eles adotassem um “horizonte temporal” de 500 anos, aí, então, os valores seriam incomensuráveis...

Em suma, os R\$ 9,23 trilhões são uma “projeção” inteiramente arbitrária sobre os próximos 43 anos, apresentada como se fosse uma probabilidade (daí o adjetivo “atuarial”, após a palavra “déficit”), mas sem que se diga claramente tanto uma quanto a outra coisa.

Mas na hora de dividir esses R\$ 9,23 trilhões pela população de crianças e jovens (por que só as crianças e jovens?), a secretária escolheu a população atual – e NÃO a população de daqui a 43 anos, até porque ela não sabe qual é (mas ela também não sabe qual vai ser a receita e a despesa da Previdência daqui a 43 anos. No entanto...).

O déficit de 147% do PIB é, portanto, uma construção mentirosa. Os R\$ 110 mil que cada jovem ou criança teria como dívida, por conta desse déficit, já é um caso para o Código Penal – estelionato, falsificação ou “falsidade ideológica”.

Porém, vejamos mais um pouco esse caso policial, de uma estupidez, e crime, de tal ordem – e que nem por isso deixou de merecer manchetes de jornais e gritos de senhoras histéricas na TV, afetando susto com tamanha “dívida”... A quem as crianças e jovens devem R\$ 110 mil? Se alguém descobrir, propomos que eles não paguem. Simplesmente porque não devem nada – pelo menos, nada desses R\$ 110 mil.

Desde quando dividir um suposto déficit pelo número de pessoas de uma faixa etária da população (até 25 anos) quer dizer que elas devem alguma coisa?

Desde quando o Estado, o Tesouro, o crédito público

e a economia, que são – ou deveriam ser – propriedade dos brasileiros, deixaram de existir?

Certamente, apenas desde que essas bestas quadradas neoliberais pretenderam que o Estado, o Tesouro, a economia e o crédito público sejam propriedade monopolista do setor financeiro.

Mas, se esse déficit fosse verdadeiro, a solução seria cobrar de cada jovem ou criança uma parcela dele?

Se não é assim, para que serve esse “cálculo”?

É assim que a secretária do Tesouro acha que as contas públicas devem ser geridas, através de uma vaquinha compulsória em cima da população mais jovem – e até das crianças?

É possível uma burrice tão grande, uma imbecilidade maior?

De 2005 a 2016, as despesas com benefícios previdenciários foram R\$ 3,5 trilhões contra uma receita, da Seguridade, de R\$ 6 trilhões. Se acrescentarmos as despesas da Saúde e da Assistência Social nessa conta, o total da despesa chegaria a R\$ 5,5 bilhões. Portanto, **houve um superávit de R\$ 500 bilhões** (cf. ANFIP, *Análise da Seguridade Social 2016*, out./2017, pp. 186-187).

Portanto, os “2,8% do PIB” de déficit são também uma invenção.

Resta saber porque esses elementos chegaram ao absurdo, em geral, sinal de desespero.

Disse o vice-presidente da Câmara, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), na quarta-feira, que “nem se fosse mágico ou trouxesse o Papa Francisco para cá, [Temer] não conseguiria reunir quórum para aprovar a reforma da Previdência”.

E, continuou Ramalho, se aparecer um Gargamel capaz dessa mágica, nem por isso o ataque de Meirelles e Temer às aposentadorias seria aprovado: “terá mais votos contrários do que a favor”, disse ele.

Outro deputado, também da base governista, declarou: “não adianta dar ministério, dar banco, que não muda voto. Se a gente der a reforma da Previdência para o Temer, ele leva nosso mandato”.

Não sabemos até que ponto são precisas as avaliações desses parlamentares. Mas é fato que nenhum deles tem qualquer laivo oposicionista. Apenas demonstram o bom senso de não querer dar coices no Inferno, após votar algo que é repudiado pelo país inteiro.

Na quarta-feira, o IBGE, através do PNAD Contínua, publicou uma atualização da distribuição de renda da população, em relação aos dados do Censo de 2010, a que nos referimos em nosso artigo sobre o infame relatório do Banco Mundial.

Mostra o IBGE que, em 2016, 90% da população brasileira ganhava de zero a R\$ 3.256.

80% da população recebia até R\$ 2.203.

70% da população ganhava até R\$ 1.703 (ou seja, 70% da população não consegue nem chegar a dois salários mínimos de rendimento mensal).

Além disso, 40% da população nem mesmo conseguia chegar a um salário mínimo mensal.

Pois é neste país que esses canalhas querem deixar o povo sem aposentadoria.

São os pobres – isto é, o povo – que eles pretendem deixar mais pobres, mais desassistidos, mais sem segurança.

E querem fazer isso, se apropriando, tomando, roubando, o dinheiro de nossa gente.

Querem nos roubar para deixar ainda mais ricos os assaltantes do dinheiro público, os ratos e baratas que engordam com a fome, com a miséria de dezenas de milhões.

Mas não vão conseguir. CARLOS LOPES



Hora do Povo

## “Paquidérmicos são os monopólios”, afirma o professor Nilson Araújo

O professor Nilson Araújo de Souza desmistificou a declaração do governador de São Paulo e provável candidato tucano à Presidência em 2018, Geraldo Alckmin, de que pretende acabar com o “Estado paquidérmico” através de privatizações. “Paquidérmicos são os organismos que se apropriam das estatais caso houvesse o choque de privatização que ele pretende dar. O que é paquidérmico? São os grandes monopólios internacionais que sugam não só os seus próprios trabalhadores como sugam também os trabalhadores e os povos da periferia do mundo capitalista”, afirmou o economista, em entrevista à Rádio Independência.

Nilson Araújo esclareceu o caráter paquidérmico dos monopólios, que ao invés de crescer na eficiência tecnológica, procuram crescer comprando matéria-prima abaixo do custo de extração e pagando a força de trabalho dos países da periferia, e inclusive dos países centrais, com um valor abaixo das necessidades básicas de sobrevivência.

Segundo Souza, “o Estado cumpriu um papel importante desde o início da história do capitalismo, desde a primeira experiência de desenvolvimento capitalista que foi o caso da Inglaterra. Mas cumpriu um papel mais importante ainda com a segunda geração de países capitalistas que se industrializaram: EUA, Alemanha, França, Itália, Japão e Rússia”.

Nesses países, destacou, o Estado teve papel decisivo na montagem de infraestrutura, criação de estrada de ferro e das empresas da indústria de base, no financiamento da produção e funcionando como comprador da produção gerada na economia: “Esses seis países conseguiram se desenvolver e chegaram ao nível que chegaram porque o Estado cumpriu um papel importante”.

“Depois teve uma terceira geração, que foi aqui na América Latina, com Brasil, Argentina, México, Colômbia, Chile e Uruguai, que também se desenvolveram com o Estado cumprindo um papel importante na economia. No Brasil, nós conhecemos a história da época do getulismo, a criação da Petrobrás, a criação da Eletrobrás, que foi implantada no governo João Goulart, na década de 60, a criação da Vale do Rio Doce. Se não fosse essa estrutura, a economia não teria se industrializado”, acrescentou.

Na avaliação de Souza, quanto mais tardiamente um país se industrializa, mais ele precisa da ação do Estado. “Você pode pensar que depois que o país se industrializa, o Estado sai da economia. Ora, depois que se industrializa, vai precisar mais ainda da ação do Estado. Vamos pegar o caso da China. A China já está num padrão de industrialização avançadíssimo e se não fosse a ação do Estado definindo os rumos da economia, planejando, financiando, comprando, montando infraestrutura, não estaria nesse estágio de desenvolvimento e teria mergulhado em profunda crise, como mergulhou o mundo capitalista no seu conjunto, a partir da crise de 2008-2009”, ressaltou.

“Mesmo nações já com economia avançada, precisamos do Estado atuando na economia. Esse negócio de dizer que o Estado é paquidérmico é o contrário. E o elemento motor, é o elemento jovem, é o elemento inovador, que leva as economias a crescer. Paquidérmicos são os monopólios que vivem no afã de se apropriar do patrimônio público”, afirmou o economista.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**SUCURSAIS:**  
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br  
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ex-procurador-geral Rodrigo Janot

## Decidi pelo interesse público, afirmou Janot

O ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, disse que faria a mesma negociação de colaboração premiada com Joesley Batista, dono da JBS, apesar de todas as críticas envolvendo a rápida negociação. Ele participou, na quarta-feira (29), do "Seminário As Relações Brasil-Itália", em São Paulo.

"Eu tinha a seguinte escolha de Sofia: fazer cessar os crimes em curso ou deixar para lá. Eu decidi pelo interesse público, eu vou fazer cessar estes crimes. E, hoje, eu faria exatamente a mesma coisa, a mesma postura", afirmou.

Janot comparou o caso com o dos executivos da Odebrecht, cuja negociação durou mais de um ano. "Os executivos da Odebrecht chegaram com crimes praticados. As informações da JBS eram crimes em curso", disse. "A primeira reação minha e do grupo (ao ver as gravações com Temer e Aécio Neves) foi não acreditar", completou.

Ele também criticou o foro privilegiado, defendendo que só presidentes da República, do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal tenham esse direito. "O tribunal foi feito para julgar. Inverteram a lógica do sistema. Este sistema entrou em colapso nos tribunais. Existem cerca de 28 mil pessoas com prerrogativa de foro", lembrou.

O ex-procurador-geral comparou o procedimento no STF com a Justiça comum. "No STF foi necessária uma sessão para recebimento da denúncia contra Eduardo Cunha, em que todos os ministros tiveram que votar. Já na primeira instância o juiz faz isso só com a caneta: pega a caneta, aceita e intima o réu a se defender", disse.

# Diretor da PF: é péssimo tirar os direitos do policial federal

Reprodução/G1



Segovia se reuniu com Maia para defender a aposentadoria dos policiais

## Planalto diz que Temer não "teme ir para trás das grades" e que está apto para ser reeleito

O Planalto anda gastando milhões com peças publicitárias farsaisicas para tentar enfiar pela goela da população que o governo Temer não é só bom, mas é simplesmente o máximo. O delírio é tanto que até os puxa-sacos - e o próprio Temer - começaram a acreditar em suas próprias baboseiras. Tanto isso é verdade que alguns idiotas palacianos começaram a sonhar com uma ridícula e hilariante reeleição de Temer, o presidente da impopularidade de quase 100%. Não teve dúvida. O colunista do G1, Helio Gurovitz, não se conteve e registrou a piração da rapaziada.

"Ele se movimentou como se quisesse concorrer, mas os obstáculos são enormes", disse o articulista. "Primeiro, e mais importante, sua situação na Justiça. Se não tiver mandato em janeiro de 2019, ambas as denúncias cujo andamento foi suspenso pela Câmara voltarão à primeira instância e começarão a andar", lembrou Gurovitz. Foi o que bastou para os puxa-sacos

do Planalto saírem numa defesa esbaforida do chefe. Os carrega-malas ficaram umas araras com o jornalista e escreveram até uma nota oficial para defender Temer. Na nota, que pode ser lida abaixo, os quadrilheiros xingam o colunista do G1 de tudo quanto é nome, e acabam abrindo o jogo: "Temer não teme ir para trás das grades", garantem. Se é assim deveria se colocar à disposição para ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e não despejar bilhões dos cofres públicos para comprar deputados para rejeitar as denúncias da Procuradoria-Geral da República contra ele.

"Helio Gurovitz agora pratica a leitura da mente presidencial. O problema é que, ao contrário de sua vasta cultura literária, nesta matéria é analfabeto. O presidente Michel Temer conhece todas as provas apresentadas contra ele nas denúncias movidas pelo ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot", diz a nota. "São peças de rara precariedade factu-

al, sem provas ou mesmo indícios reais contra o presidente. Alguns pedidos beiram a ficção, falam de benefícios a empresas e esses benefícios jamais ocorreram", juram os cachos. "O presidente não teme ir para trás das grades. Continuará livre porque não há fatos ou provas que o liguem a esquema de corrupção de quem quer que seja", garante a claque presidencial.

A sem-vergonhice e a empáfia de Temer e de sua gangue de larápios lembra bastante o que os seus comparsas Geddel Vieira Lima, Eduardo Cunha, Henrique Eduardo Alves, Sérgio Cabral e outros integrantes do quadrilhão disseram antes de caírem nas malhas da Justiça. Apesar dos discursos, hoje, todos eles, por ironia do destino, estão exatamente atrás das mesmas grades que Temer finge não temer. Como eu não podia deixar de opinar sobre esse imbróglio todo, só posso acrescentar uma coisa: que o Gurovitz está coberto de razão.

S. C.

## PF conclui que Aécio usava telefones de laranjas

Após a análise de objetos e documentos apreendidos no apartamento do senador Aécio Neves (PSDB/MG), no Rio de Janeiro, a Polícia Federal (PF) apontou indícios de que o tucano usava dois celulares com linhas telefônicas registradas em nome de laranjas para fazer ligações sigilosas.

Segundo relatório da PF, "aparelhos celulares simples" foram encontrados no apartamento localizado no bairro de Ipanema, durante o cumprimento de mandados de apreensão expedidos pelo ministro Edson Fachin, com base na delação premiada do empresário Joesley Batista, um dos donos

do grupo J&amp;F.

"Pelas descrições dos itens 20 e 25 acima, tratam-se de aparelhos telefônicos simples/descartáveis normalmente utilizados para conversas ponto-a-ponto (análogo a uma rede fechada) com pessoas determinadas/restritas de modo a evitar eventuais vazamentos do número utilizado na ligação, visando a maximização do sigilo das ligações", diz o documento.

Para identificar quem eram os proprietários das duas linhas, os investigadores solicitaram os dados às operadoras de telefonia TIM e Vivo. As empresas informaram que os telefones pré-pagos estavam re-

gistrados em nome de duas pessoas diferentes: Laércio de Oliveira, agricultor que trabalha em fazendas do interior de Minas; e Mitil Ilchaer Silva Duraio, montador de andaimes domiciliado no Espírito Santo.

Além das duas linhas telefônicas registradas em nome de Oliveira e Duraio, os peritos descobriram que um dos aparelhos já havia sido registrado em nome de pessoas que tinham vínculos empregatícios com a irmã de Aécio, Andréa Neves. A perícia também chama atenção que os últimos registros de ligações feitas pelos aparelhos "não denotam ser de pessoas de convívio social de assinantes daquelas linhas".

## Gilmar Mendes tenta soltar Eduardo Cunha e se dá mal na 2ª Turma do STF

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal rejeitou, por 2 votos a 1, um pedido de liberdade (habeas corpus) do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Os ministros Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, e Dias Toffi entenderam que ele poderia continuar cometer crimes, caso fosse libertado.

O ministro Gilmar Mendes abriu a divergência no julgamento, na terça-feira (28), ao votar pela substituição da prisão preventiva pela adoção de medidas cautelares. Para o ministro, a prisão preventiva precisa ser "necessária, adequada e proporcional", o que, segundo ele, não seria o caso do ex-presidente da Câmara dos Deputados.

"Não há acusação de crimes violentos. Embora graves, os cri-

mes foram praticados sem violência ou grave ameaça", destacou. Como tem feito ao defender de forma reiterada a liberdade de presos da Lava Jato, ele votou a falar em uso extensivo da prisão preventiva.

Cunha está preso desde outubro de 2016, por receber propinas de US\$ 1,5 milhão na compra pela Petrobrás do campo seco de Benin, na África, em 2011. Ele foi condenado pelo juiz Sergio Moro por corrupção

passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Na semana passada, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a condenação, mas reduziu em 10 meses a pena de 15 anos e quatro meses de prisão.

Mesmo que o deputado cassado conseguisse o habeas corpus, continuaria detido porque é alvo de outros mandados de prisão. Os ministros Ricardo Lewandowski e Celso de Mello não participaram do julgamento.

Marcelo Camargo/ABR



Segundo ele, prisão preventiva é demais para Cunha

## MPF denuncia Henrique Alves e Eduardo Cunha por corrupção passiva e lavagem de dinheiro

O Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte (MPF-RN) denunciou os ex-presidentes da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves e Eduardo Cunha, ambos do PMDB e ligados a Temer, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro qualificada. Outras seis pessoas foram incluídas na denúncia, entre elas o operador Lúcio Funaro.

A denúncia se refere ao repasse de pelo menos R\$ 4,2 milhões para a campanha de Henrique Alves ao governo do Rio Grande do Norte em 2014. O MPF acusa os ex-deputados de montar um esquema que cobrava propina de empresas que buscavam financiamentos na Caixa Econômica Federal.

"Os montantes eram oriundos de esquema de corrupção e lavagem de dinheiro implantado por ambos ex-deputados na Caixa Econômica Federal, entre os anos de 2011 e 2015, mediante a indicação de aliados políticos para altos cargos na empresa pública federal e a subsequente cobrança de propina de empresas interessadas na celebração de contratos de financiamento com o banco público", diz trecho da denúncia.

Segundo a denúncia, pelo menos R\$ 2 milhões foram repassados

pela Odebrecht. Executivos da empresa disseram, em colaboração premiada, que o valor havia sido combinado com os deputados em reunião na Câmara dia 6 de agosto de 2014. O restante, pago por empresas com interesse em financiamentos na Caixa. De acordo com o MPF, o repasse da propina foi efetuado por Lúcio Funaro.

Cunha foi denunciado por lavagem de dinheiro, enquanto Henrique Alves por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ambos estão presos em decorrência de investigações conduzidas pela Operação Lava Jato. Funaro foi denunciado por lavagem de dinheiro, mas os procuradores pediram que as penas previstas pelo crime fossem substituídas pelas que foram acordadas por ele em seu acordo de colaboração premiada.

A denúncia foi protocolada na Justiça Federal do Rio Grande do Norte na última terça-feira (28). Se a Justiça Federal do Estado aceitar a denúncia, eles viram réus. Além de pedir a condenação dos denunciados, o MPF pediu que eles devolvam R\$ 4,2 milhões a título de reparação e que fiquem impedidos de exercer cargos públicos pelo dobro do tempo de prisão ao qual forem condenados.

## Miller diz que não era próximo de Janot e que fez 'lambança'

O ex-procurador Marcelo Miller afirmou, na quarta-feira (29), que não cometeu crimes ao ajudar a J&F, apenas fez uma "lambança". Ele é acusado de ter orientado o acordo de leniência do grupo empresarial antes de deixar o cargo no Ministério Público Federal.

"Eu cometi um erro brutal de avaliação ao fazer isso. Eu não cometi crime. Pode apurar. Eu vim aqui falar. Eu não cometi crime não, mas eu fiz uma lambança. Fiz uma lambança. É por isso que eu to

aqui", admitiu, durante depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da JBS.

Ao esclarecer que integrava um grupo de trabalho da Operação Lava Jato, ele disse que "nunca foi próximo, muito menos íntimo" do ex-procurador-geral da República. "Há um bocado de mistificação e de desinformação em torno da minha relação com o procurador Rodrigo Janot. Eu achei graça quando vi no jornal que eu era braço direito dele. Nunca fui", afirmou.

Nesse momento em que a "PF enfrenta a corrupção" é uma péssima ideia, disse Segovia para o presidente da Câmara

O recado do diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, ao governo Temer e ao Congresso Nacional foi muito claro. Ele fez ver a Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, em reunião realizada na terça (28), para debater as mudanças nas regras da Previdência, que tirar direitos de policiais federais neste momento só interessa aos corruptos e aos criminosos do colarinho branco. "Os integrantes da corporação não podem perder direitos na reforma da Previdência", disse ele. "Perder direitos neste momento seria péssimo para o policial, que hoje enfrenta a corrupção, enfrenta diversos problemas no país", destacou Segovia.

Rodrigo Maia tentou enrolar o comandante da PF convidando-o para um café da manhã em sua residência oficial. Estavam lá com Maia, além do bando de puxa-sacos de Temer, um tal "consultor do mercado" - leia-se porta-voz das arapucas que querem assaltar os cofres que guardam os recursos dos trabalhadores e dos empresários - para ajudar a convencer os parlamentares e os demais participantes do encontro de que é muito bom para o Brasil tirar direitos dos aposentados e surrupiar a Previdência Social.

### RETALIAÇÃO

A intenção do parlamentar carioca, que já foi citado na Operação Lava Jato, e, inclusive consta na planilha de propina da Odebrecht, com o codinome de "botafogo", era ganhar o apoio da direção da PF para o ataque aos direitos dos trabalhadores em geral e dos policiais federais em particular. A resposta de Segovia não agradou Maia. "Lutamos pelo direito à aposentadoria porque sofremos mortes em combate. Viemos defender o direito dos policiais federais no Brasil. Cada categoria tem suas atribuições e seus papéis. Eu estou defendendo o dos policiais no que se refere a aposentadoria e paridade", disse. "Nossa proposta é negociar para chegar a um ponto de equilíbrio tanto para o policial como para o governo lidar com a crise econômica", prosseguiu o delegado.

Maia, junto com Temer e Meirelles, é um dos serviços mais empenhados em agradar os banqueiros e outros especuladores que estão de olho gordo no dinheiro da Previdência Social. "Estamos discutindo a questão da idade mínima", informou o comandante da PF. Ao sair do encontro, o chefe da PF disse aos jornalistas que conversou bastante com Maia, sobre as regras previdenciárias para policiais. Ele deve ter alertado o interlocutor dos bancos de que as entidades que representam os policiais federais não estão paradas. Elas estão convocando mobilizações junto com as centrais sindicais e demais entidades contra o assalto à Previdência.

### CARREIRA

"Estamos negociando qual será a regra para os policiais, porque a gente não pode perder os direitos que hoje existem dentro desse regimento. Estamos trabalhando. Há no Congresso essa proposta de 55 anos para o policial. Então, a gente está negociando hoje com o Congresso Nacional qual vai ser a regra para o policial no Brasil", afirmou Segovia. No início da tramitação da reforma, a idade mínima para policiais era 65 anos, mas, após protestos de entidades ligadas à categoria, o relator na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA), mudou o limite para 60 anos. Agora eles acenam com 55 anos.

O diretor da PF apontou claramente para Maia que os policiais vão seguir combatendo a corrupção e que não aceitarão perder direitos. Vão encarar a perda de direitos como uma retaliação dos corruptos. "Os policiais sofrem bastante ao longo da carreira. Particularmente neste momento em que vive o Brasil. Eles estão exercendo um papel fundamental no combate à corrupção e em ações de segurança pública", lembrou.

Mesmo acenando em limitar a idade mínima em 55 anos, os policiais federais não apoiam a proposta do governo. Eles dizem que, ao mesmo tempo que falam da idade, ampliam o tempo de contribuição e limitam os ganhos dos policiais.

"A gente está lutando pelo nosso direito, a aposentadoria", argumentou o comandante da PF. "O policial ao longo da carreira sofre bastante, a gente vê os policiais mortos no combate, a dificuldade da segurança pública no país", acrescentou. "Estamos negociando hoje com o Congresso Nacional qual vai ser a regra para o policial no Brasil", afirmou Segovia, depois do encontro com Maia, que, assim que perder o foro privilegiado que tem hoje, vai ter muitas conversas, mas de outro tipo, com os delegados da PF.

Sabedor de que os policiais federais já disseram publicamente que estarão nas manifestações populares, não para reprimir, como gostariam os quadrilheiros de Temer, mas para apoiar a luta dos trabalhadores, Maia tentou inutilmente enquadrar o diretor-geral da PF. Este não deu bola e seguiu defendendo que a PF seja contemplada com a "integralidade", que é o policial se aposentar com o mesmo salário da ativa, possibilidade que a reforma não prevê para os servidores que ingressaram na carreira depois de 2013.

Inclusive, em nossa edição anterior (HP Ed. 3.592), representantes da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) deixaram claro que não estão satisfeitos com a política do governo. Eles afirmaram em alto e bom som que se somarão à Greve Geral, convocada pelas centrais sindicais no próximo dia 5 de dezembro, contra os ataques à Previdência. De acordo com Luis Antônio Boudens, presidente da Federação, os policiais irão realizar essa semana ações como videoconferência com a participação de lideranças de diversas categorias dos servidores federais para traçar estratégias de combate à "reforma" da Previdência e a Medida Provisória 805/2017, que suspende a recomposição salarial para diversas categorias do serviço público federal. Para Boudens, os "policiais federais vão reagir à insistência do Governo Federal de avançar com o desmonte do serviço público".

### ELEIÇÕES

Um dos puxa-sacos de Temer presentes na reunião afirmou que as demandas da PF dificilmente serão atendidas. "Não devemos mexer. Se abrir esse flanco, vamos entrar em guerra com outras categorias. As policiais já estão atendidas", disse Pauderney Avelino (DEM-AM). De acordo com Segovia, será preciso encontrar um "ponto de equilíbrio entre a necessidade e o direito do policial". Diante da posição da PF, de não ceder e seguir defendendo os seus direitos, inclusive idade menor para as mulheres da corporação, alguns deputados saíram bastante desanimados da reunião de Maia com a possibilidade de aprovar a reforma. "Sai como entrei, achando que essa reforma não vai ser aprovada. Agora vão começar as pressões. Se ceder para um, terá que ceder para todos. O governo tem que tomar cuidado. Para o mercado, é melhor não votar agora do que ver a reforma derrotada", disse o líder do PR na Câmara, José Rocha (BA).

Apesar da falta de votos, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), um dos mais citados em casos de corrupção, e que foi vaiado por todos os passageiros num voo de carreira esta semana, ao tentar agredir uma repórter que o abordava, insistiu que a Câmara tem que votar a reforma da Previdência ainda neste ano. Para o membro da quadrilha de Temer, quanto maior a proximidade da análise do tema com as eleições, marcadas para outubro do ano que vem, maior a dificuldade para a aprovação do projeto. Ou seja, mais difícil será o roubo que eles pretendem perpetrar contra a Previdência Social.

SÉRGIO CRUZ

# Cresce a mobilização contra a privatização da Eletrobrás

Por todo o país, trabalhadores organizam a defesa da estatal e de suas subsidiárias. CCJ da Câmara aprova realização de plebiscito oficial sobre a venda

O governo Temer não encontra um caminho fácil para a privatização do Grupo Eletrobrás. Em diversos estados, trabalhadores e membros da sociedade organizam comitês em defesa da estatal e de suas subsidiárias. A tentativa de entregar a empresa às multinacionais sem qualquer discussão e o mais rápido possível está encontrando obstáculos até mesmo na base governista.

Tida como fundamental para aumentar o caixa do governo, a privatização estava sendo conduzida a toque de caixa pelo Ministério das Minas e Energia, alegando que a estatal estava inchada, obsoleta, e com uma falsa promessa de que, com a venda, as tarifas de energia do Brasil seriam reduzidas.

Na quarta-feira (29), as três frentes parlamentares em defesa de Furnas, Chesf e Eletronorte se reuniram com lideranças sindicais de deputados da oposição e da base do governo Michel Temer (PMDB). A audiência pública lotou o auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional.

O deputado Danilo Cabral (PSB-PE), líder do grupo parlamentar em defesa da Chesf, disse que o governo está preocupado apenas com a arrecadação imediata, pois segundo ele, as usinas valem cerca de R\$ 400 bilhões. Já o ministro do MME, Fernando Bezerra Filho, já declarou que o governo pretende arrecadar cerca de R\$ 12 bilhões entregando o nosso patrimônio.

O caso da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) demonstra o grande erro que é a privatização. Lideranças políticas de todo o Nordeste apontam para o risco de entregar a empresa, assim como o Rio São Francisco aos interesses privados.

Ex-diretor da Chesf, Mozart Bandeira destacou a importância do sistema Eletrobrás e lembrou que quando ela foi criada, no governo de Getúlio Vargas, empresas privadas e estrangeiras que forneciam energia elétrica. “A Eletrobrás foi criada para trazer desenvolvimento no setor ao Brasil. E o faz. E um sistema que está presente no Brasil inteiro e é claro que o mundo está de olho, pois é muito fácil ganhar dinheiro com insumos básicos da população, como energia, água. Mas na hora que você deixa o mundo privado controlar o sistema elétrico, é natural que se formem cartéis. Não podemos permitir”, disse.

A venda da estatal não encontra acordo nem mesmo na liderança do governo. O vice-líder do governo no Congresso e coordenador da frente em defesa de Furnas, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), considerou um erro do governo querer vendê-la.

“O governo erra ao fazer esta entrega do patrimônio público brasileiro, do povo brasileiro, para empresas públicas de outro país, certamente empresas chinesas. Então, o governo chinês vai entrar dentro do nosso país, comprar a preço de nada o patrimônio que foi construído durante décadas? Não faz sentido”, criticou.

Já os trabalhadores seguem mobilizados contra a privatização da estatal país a fora. “A privatização da Eletrobrás é uma medida desastrosa que este governo ilegítimo tenta impor. Os efeitos disso submetem a população de volta à pobreza”, frisou o presidente do Sindicato

dos Eletricistas da Bahia, Paulo de Tarso.

O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Água, Energia e Meio Ambiente (Fenatema) e do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Chicão, lembrou que “no Brasil, privatização é sinônimo de corrupção! Temos uma gangue instalada, disposta a trocar favores com o capital especulativo, entregando empresas de valor inestimável, como as subsidiárias do grupo Eletrobrás”.

“Agora é guerra! O trabalhador que luta contra a privatização vai além de defender a sua garantia de emprego, colocando um escudo também sobre sua missão mais nobre, que é levar energia ao povo brasileiro. Não aceitar a venda da Eletrobrás é uma demonstração de patriotismo, compromisso com o Brasil e manutenção da soberania nacional, que hoje sangra entre negociações com caudilhos de outras bandeiras”, destacou Chicão.

Para a dirigente sindical dos Trabalhadores Urbanitários no Distrito Federal, Fabiola Antezana, a população será a maior prejudicada com a venda das geradoras, transmissoras e distribuidoras controladas pela Eletrobrás. “No entanto, o prejuízo da entrega da estatal não se restringe aos consumidores residenciais. Todos os setores serão impactados, indústria e agricultura vão repassar o aumento do custo da produção para nós consumidores”, disse.

No mesmo dia da audiência em Brasília, os trabalhadores também se reuniram na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em outra audiência pública promovida pela Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Públicas, com iniciativa do vereador Tarcísio Motta (PSOL). Centenas de trabalhadores do setor elétrico se concentraram na Cinelândia e foram rumo à porta da casa parlamentar demonstrando a força do movimento contrário à privatização.

Em Recife o deputado Lucas Ramos (PSB), que preside a Frente Parlamentar em Defesa da Chesf em Pernambuco falou do impacto que a privatização poderá causar aos que mais precisam. “A quem interessa a venda da Chesf senão aos empresários?”, questiona.

No Rio Grande do Sul o Sindicato dos Eletricistas do estado participou do seminário Privatização do Setor Elétrico e os Impactos na Sociedade e do lançamento da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional para condenar as privatizações do setor elétrico.

CCJ  
Ainda na quarta-feira a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou medida que propõe a convocação de referendo para decidir sobre a privatização da Eletrobrás e suas subsidiárias e controladas.

O relator da proposta, deputado Danilo Cabral considerou, no entanto, que há outras empresas estratégicas para a matriz energética que “também correm o mesmo risco de desestatização” e fez um texto mais geral, de forma que qualquer outorga ou desestatização de empresas do sistema terá de passar por consulta popular. A proposta ainda precisa ser votada em Plenário, e caso seja confirmada a modificação terá de retornar ao Senado para revisão.

## Alckmin quer terceirizar a gestão de escolas paulistas

O governo do Estado de São Paulo abriu, no último dia 23, uma consulta pública para passar parcialmente a gestão de 61 escolas de ensino médio na região metropolitana de São Paulo para a iniciativa privada. O chamado Contrato de Impacto Social (CIS) pretende contratar, via licitação, empresas que ao final de quatro anos reduzam em 7% as taxas de reprovação nas escolas, sem redução na nota do Saesp (prova de avaliação do aluno feita pelo Estado).

O edital prevê, além da estrutura privada de administração e coordenação, a contratação terceirizada de coordenadores pedagógicos e educadores para a implementação do programa.

Para poder concorrer, a empresa precisa ter um capital mínimo de R\$ 1,77 milhão e ter prestado serviços envolvendo um mínimo de 5.400 alunos. Poderão concorrer organizações privadas ou sem fins lucrativos, sozinhas ou em

consórcio. O vencedor será o que apresentar o lance mais baixo em relação a um teto de R\$ 17,8 milhões pelo total do projeto. O pagamento ocorrerá em três etapas, de acordo com metas. O vencedor também poderá subcontratar boa parte dos serviços a serem ofertados.

Segundo o governo do estado, a iniciativa tem participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial, da ONG britânica Social Finance e do Insper Metricis, e será iniciado no segundo semestre de 2018, no final da gestão Geraldo Alckmin (PSDB).

A proposta será implementada em 61 escolas em áreas vulneráveis da região metropolitana. Os resultados dos alunos serão comparados aos de outras 61 escolas da mesma área, que também serão monitoradas, mas não receberão a intervenção. O governo pretende adotar esse projeto em toda a rede estadual caso seja bem sucedido.



Trabalhadores da Eletrobrás realizam ato em defesa da estatal no DF

## Sem dinheiro para gás, aumenta o número de queimados por álcool

Queimaduras oriundas de álcool combustível se tornaram um problema recorrente para a saúde da população mais pobre após o governo Temer aumentar o preço do gás de cozinha.

Com o país cada vez mais afundado na crise econômica, o Brasil se torna cada vez mais hostil para as pessoas de baixa renda. O aumento do gás de cozinha imposto por Temer e anunciado pela Petrobrás no início do mês vem causando efeitos cruéis.

Em Recife e cidades vizinhas, o preço do botijão de gás chegou a subir 13%, passando dos R\$70. Diante disso, muitas famílias pobres apelam para o consumo do etanol para cozinhar, gerando uma lotação nos hospitais com queimaduras que chegam ao terceiro grau.

Uma reportagem de

uma emissora local realizada na semana passada comprovou o aumento do número de vítimas de queimaduras. Todas elas alegaram que fizeram uso do álcool combustível para cozinhar por não terem condições de comprar o botijão de gás. Há casos de queimaduras de terceiro grau e até de crianças que tiveram o rosto completamente desfigurado pelo fogo.

Em Pernambuco também não é diferente. Além da natural contenção de gastos com alimentos, comum pela queda do poder aquisitivo, o número de queimados nos últimos meses também aumentou. De acordo com o médico chefe do Setor de Queimados do Hospital de Restauração, Marcos Barreto, este aumento no número de pessoas com queimaduras é um reflexo dos aumentos consecutivos dos preços do gás butano.

## Reitores condenam plano do governo de transformar instituições federais em OSs

Reitores de universidades federais reagiram negativamente à intenção do governo de considerar a transformação de instituições públicas em Organizações Sociais (OS), para permitir a elas ter uma arrecadação privada para sustentar seus gastos. Eles apontam que existem medidas mais efetivas e fáceis de serem adotadas, como o fim do contingenciamento sobre a arrecadação própria das universidades.

A reitora Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, destacou que a UnB tem fontes próprias que estão sendo contingenciadas. “Já temos fontes de arrecadação, não existe nenhuma neces-

sidade de mudar o modelo da universidade para que ela possa arrecadar. A solução é liberar o teto da arrecadação própria das instituições. É muito simples, não precisa fazer mudanças grandes”.

A reitora lembra que a UnB já tem atualmente uma relevante arrecadação própria que chegou a R\$ 102 milhões este ano, mas a universidade só foi autorizada a usar R\$ 87 milhões. Para 2018, a UnB informou ao Ministério do Planejamento que poderia arrecadar R\$ 168 milhões, mas só foi autorizada a usar R\$ 110 milhões.

Além do contingenciamento de receitas próprias, os repasses do MEC para custeio

## Presidente do PR se entrega

O presidente do Partido da República, Antônio Carlos Rodrigues, que se entregou na terça-feira (28), à Polícia Federal, em Brasília, será levado para a Cadeia Pública de Benfica, no Rio.

O ex-governador Anthony Garotinho (PR) também estava lá, mas foi transferido para Bangu 8.

Ex-senador e ex-ministro de Transportes, ele foi um dos alvos da Operação Caixa D'Água, como Garotinho e a ex-governadora Rosinha, que investiga recebimento de R\$ 3 milhões da JBS para a campanha dele ao governo do Estado do Rio em 2014. Ele estava foragido desde que a operação foi deflagrada. Segundo seu advogado, ele “não possuía estrutura” para ser preso.



Antonio Carlos Rodrigues

## IABAS corta refeições de pacientes e funcionários de hospital municipal do Rio

A grave crise que o Rio de Janeiro vem sofrendo nos últimos tempos ganhou mais um capítulo triste. O Hospital Municipal Rocha Faria, em Campo Grande, passa por graves problemas há uma semana. Por falta de repasses da prefeitura, a Iabas, Organização Social (OS) que administra a unidade, simplesmente cortou toda a alimentação de funcionários, pacientes e seus acompanhantes.

A Presidente da Associação dos Funcionários do Hospital Rocha Faria e funcionária por 37 anos da unidade, Clara Fonseca afirmou que a administração da unidade de saúde começou a ficar terrível quando “foi entregue a uma OS”. No caso, o Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (Iabas). “Ai veio o descaso dos governos que pararam de fazer os repasses”.

Clara ainda explica que



Refeitório do hospital foi fechado há uma semana

a empresa terceirizada responsável por fazer as refeições, a Nutrindo, deixou de receber a verba do Iabas, e por isso, fechou o refeitório há uma semana. “Os funcionários, acompanhantes e pacientes estão comprando fora ou levando comida de casa”. A servidora, que também é diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência (Sindisprev), explica que a primeira refeição cortada foi

a dos funcionários, na última semana. “De lá para cá, tiraram a dos acompanhantes e, agora dos internos”, conta. “Isso pode afetar a recuperação daqueles pacientes que precisam de uma boa dieta”.

Ainda de acordo com a servidora, os funcionários estão há três meses sem salários e nem o 13º de 2016 foi pago. “A situação é citada em toda a rede municipal e estadual no Rio”.



### Capachismo

Pedro Parente, sujeito escroto, envolvido em corrupção desde a época de FHC, entreguista, causou enormes prejuízos a Petrobras no passado e agora, ao presidir a diretoria executiva da empresa, nomeado por um ladrão, Temer que ocupa a Presidência da República, esta dilapidando a empresa, com o claro intuito de privatizá-la. Entregar à sanha das multinacionais do Petróleo, o maior patrimônio do povo brasileiro, da Pátria, a Petrobras, construída com luta, suor e sangue do nosso povo. O Instituto de Engenharia de São Paulo, ao homenagear esse canalha, afasta-se da Engenharia Nacional, do desenvolvimento da tecnologia genuinamente nacional e das melhores tradições de luta do povo paulista. Alia-se aos corruptos, ladrões e apátridas, que estão vendendo o patrimônio nacional na bacia das almas, o Pré Sal, a Eletrobrás, Portos, Aeroportos, Ferrovias, Rodovias, minérios do ferro ao neônio... Rever esse ato, de homenagear o escroto com o título de eminente engenheiro do ano, é imperativo ao Instituto de Engenharia de São Paulo, ou ficará marcado eternamente por esse ato de insanidade, estupidez, subserviência e capachismo, além de manchar a galeria de inúmeros e ilustres homenageados ao longo de décadas.

Engº Celso Soares - São Paulo, SP

## MPF defende devolução das terras para índios da aldeia do Jaraguá, em SP

O Ministério Público Federal de São Paulo (MPF) enviou um pedido a Justiça solicitando a anulação de uma portaria do Ministério da Justiça que invalidou a demarcação de uma reserva indígena na região do Parque Estadual do Jaraguá, na Zona Oeste da capital.

De acordo com o MPF-SP, “a medida contraria o devido processo legal, a jurisprudência brasileira e normas internacionais ao se basear em motivos falsos e ter sido editado sem prévia consulta a órgãos e grupos envolvidos na demarcação, entre eles a comunidade guarani que habita o local”.

O Ministério da Justiça anulou a portaria nº 581, de 2015, que garantia mais de 500 hectares de terra aos guaranis. Para isso, alegou “erro administrativo no procedimento inicial, que resultou em demanda de alteração da dimensão da terra indígena para 512 hectares”. O argumento utilizado para isso foi de que a área foi demarcada sem participação do estado na definição do uso da área. Com a revogação, a área guarani foi reduzida para apenas 3 hectares.

O governo de São Paulo vem tentando conceder o Parque do Jaraguá e outros, à iniciativa privada. De acordo com lei aprovada pela Assembleia Legislativa, os parques serão concedidos por 30 anos para a “exploração dos serviços ou o uso de áreas inerentes ao ecoturismo e à exploração comercial madeireira ou de subprodutos florestais”.

Os índios são totalmente contra a possibilidade da exploração da área, eles afirmam que a demarcação das terras atrapalha o objetivo central “de destruir as matas para fazer dinheiro”.

## Justiça nega indenização a fotógrafo atingido por bala de borracha da PM

Nesta quarta-feira (29) a Justiça de São Paulo decidiu, em julgamento de recurso em segunda instância, que o fotógrafo Sérgio Silva não receberá indenização por ter perdido o olho esquerdo durante um conflito com a Polícia Militar em uma manifestação em São Paulo, em 2013.

Segundo a decisão, não há provas de que o profissional foi atingido por uma bala de borracha disparada por um policial. “Mesmo que a situação seja dramática, não é possível desvendar que o objeto que atingiu seu olho esquerdo seja uma bala de borracha”, afirmou o relator do caso, o desembargador João Batista Morato Rebouças de Carvalho.

“Fico revoltado. Porque eu sei e milhares de pessoas sabem o que aconteceu naquela noite de 13 de junho. O que se ouve aqui hoje é que você não tem prova, nexa causal, de que foi o agente do Estado que atirou. Ai fica a pergunta: quem manipula bala de borracha? Quem são as pessoas feridas naquela noite? O tempo está passando e isso está legitimando aquela ação policial naquela noite”, disse Sérgio.

Em agosto de 2016, em primeira instância, o pedido já havia sido negado. Na época o juiz Olavo Zampol Junior alegou que o fotógrafo assumiu os riscos de seu ofício “ao se colocar entre os manifestantes e a polícia”.

O fotógrafo pedia R\$ 1,2 milhão de indenização por danos morais, estéticos e materiais, além de uma pensão vitalícia de R\$ 2,3 mil porque não consegue mais exercer a profissão da mesma maneira.

Silva trabalhava na cobertura de um protesto contra o aumento na tarifa dos transportes quando foi atingido no olho esquerdo por uma bala de borracha disparada pela Polícia Militar. Naquela noite, além de Sérgio, sete repórteres do jornal “Folha de S.Paulo” foram atingidos, entre eles Giuliana Vallone e Fábio Braga, que levaram tiros de bala de borracha no rosto. Um cinegrafista foi atingido com spray de pimenta também no rosto por um policial.



Sérgio perdeu o olho ao cobrir uma manifestação em junho de 2013

## IBGE: metade da população recebe abaixo do mínimo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma pesquisa na última quarta-feira (29) que revela que 50% dos trabalhadores brasileiros recebem por mês, em média, 15% menos que o salário mínimo. O levantamento foi realizado ao longo do ano de 2016 por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Na época, o salário mínimo era de 880 reais e, dos 88,9 milhões de trabalhadores ocupados, 44,4 milhões recebiam, em média, R\$ 747 por mês. Para o IBGE, o rendimento abaixo desse valor foi possível entre a população com emprego informal e os trabalhadores por conta própria.

Com a reforma trabalhista, que entrou há pouco em vigor, e a criação do chamado trabalho intermitente, essa situação tende a piorar no país. A “nova modalidade” de emprego acaba na prática com o salário mínimo, uma vez que permite que trabalhadores recebam menos do que o mínimo previsto em lei (hoje em R\$ 937). Segundo as regras o empregado trabalha apenas quando é convocado e o signatário deste contrato recebe o valor proporcional ao salário mínimo pela hora, R\$ 4,26, ou pelo dia trabalhado, R\$ 31,23.

Além de receber menos que o mínimo, os trabalhadores deste regime terão ainda que pagar a mais para que tenha direito aos benefícios do INSS. Conforme nova regra, o trabalhador deverá pagar 8% sobre a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal, podendo chegar a situações de ter que pagar mais do que recebeu quando sua remuneração mensal foi muito abaixo do mínimo, ou perto de zero (ver matéria aqui).

### TRABALHO INFANTIL

Segundo dados também divulgados na quarta-feira (29) pelo IBGE, o trabalho infantil atingia 1,8 milhão de crianças e adolescentes no Brasil no ano passado. Deste total, 998 mil em situação irregular.

O IBGE apontou que, em 2016, havia 30 mil crianças entre 5 a 9 anos de idade trabalhando e outras 160 mil no grupo de 10 a 13 anos. Nesse grupo (5 a 13 anos), 74% não receberam nenhum tipo de pagamento decorrente do trabalho.

## Médicos residentes também param em defesa do HU-USP

Os médicos residentes em pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) decidiram aderir à greve dos estudantes de medicina e enfermagem em prol do Hospital Universitário (HU), após assembleia realizada no dia 28.

O HU enfrenta a maior crise por que já passou, com falta de verbas e profissionais, inclusive com PIDVs (Programas de Incentivo à Demissão Voluntária), que resultaram no fechamento do pronto-socorro (PS) infantil por falta de profissionais.

Os residentes pleiteiam medidas emergenciais, como a contratação de médicos, e medidas a longo prazo em relação a investimento para que o hospital volte a funcionar completamente — a greve será iniciada a partir da próxima segunda-feira, dia 4.

O representante da comissão de greve dos residentes em pediatria, Vilton Raile, explica que o movimento busca conseguir meios para a reabertura do PS infantil e pela reestruturação do HU para atendimento e ensino. “A questão do ensino é de extrema importância, mas também nos preocupa muito o atendimento aos pacien-

tes da região oeste, pois o Hospital Universitário é o único de seu grau de complexidade que atende a 500 mil pessoas da região. Se o hospital fechar, muitas pessoas ficarão desassistidas”.

Neste mesmo dia 28 houve reunião do Conselho Universitário da USP, na qual são decididas as medidas para a manutenção e desenvolvimento da universidade para o ano seguinte. Durante a votação das diretrizes orçamentárias, o próprio diretor da FMUSP, prof. José Otávio Auler, votou contra a suspensão da proibição da USP em contratar qualquer técnico-administrativo durante todo o ano de 2018.

De acordo com Rafael Santos, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), que esteve presente na reunião, os residentes de pediatria se opõem ao sucateamento da USP como um todo. “O Simesp apoia a greve dos residentes por uma luta em busca de um ensino médico de qualidade e uma saúde pública de qualidade. O movimento surge como resposta ao grave fato de o próprio diretor da faculdade de medicina, junto ao conselho universitário, ter votado contra a contratação de funcionários via USP”.



## Grêmio bate Lanús por 2 a 1 e conquista o tri da Libertadores

Em noite memorável, o Grêmio foi à Argentina e venceu o Lanús por 2 a 1 e conquistou a América pela terceira vez. Fernandinho, em arrancada espetacular desde o campo de defesa, e Luan, com um leve toque, anotaram para o Tricolor gaúcho, descontando Sand, de pênalti, para os hermanos.

O foco agora é o Mundial de Clubes, em Abu Dhabi, quando inicialmente enfrentará o vencedor de Pachuca, do México, e Wydad Casablanca, do Marrocos. De quebra, transformou a tabela de classificação do Brasileiro em G-8.

O ídolo Renato Gaúcho se transformou no primeiro brasileiro a conquistar a Libertadores como atleta (1983) e como técnico (2017). Na coletiva após o jogo, “decretou” feriado em Porto Alegre e deu para si folga de três dias.

Na capital gaúcha, as comemorações se concentraram na Arena, com mais de 27 mil pessoas, e na Avenida Goethe.

Além de melhor técnico, o Grêmio teve o melhor jogador da competição: Luan.

# Servidores cercam Câmara e alertam: ‘Previdência é nossa’



Parte dos servidores foi barrada no sentido à Esplanada dos Ministérios



Tropa de Choque dentro da Assembleia isola servidores de deputados

## Sob protestos e escoltados, deputados do MS aprovam roubo às aposentadorias

Com o apoio da Tropa de Choque, os deputados estaduais do Mato Grosso do Sul, aprovaram na última terça-feira, 28, por 13 votos a 7 a reforma da previdência dos servidores estaduais.

A votação ocorreu às pressas enquanto milhares de servidores protestavam dentro e fora da Assembleia Legislativa estadual contra o projeto de lei do governador Reinaldo Azambuja (PSDB). O projeto aumenta a alíquota de contribuição dos servidores de 11% para 14%, estabelece um teto para as aposentadorias dos novos servidores no mesmo valor pago pelo INSS na iniciativa privada, de R\$ 5.531,31, entre outros pontos.

Os servidores rechaça-

ram o forte esquema de segurança montado pela Polícia Militar. A direção da Assembleia restringiu o acesso dos servidores ao plenário e ao prédio, a fim de impedir que a categoria barrasse novamente a votação do projeto, como o ocorrido na quinta-feira passada (23), quando foi colocado em votação mas não seguiu em frente por conta de uma ocupação do funcionalismo no plenário da casa legislativa.

Para tentar barrar a votação na quarta-feira, um grupo de servidores chegou a dormir dentro do prédio. Do lado de fora, manifestantes que não puderam entrar romperam o cordão de isolamento feito com grades. Porém a Polícia Militar revidou com bombas de efeito

moral e golpes de cacetete para conter os servidores. Policiais chegaram a entrar na Assembleia fazendo uma barreira entre os trabalhadores e os deputados.

Segundo Ricardo Bueno, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social em Matogrosso dos Sul, “pela primeira vez na história da Assembleia, foi vista tamanha truculência, patrocinada pelo Presidente da casa a mando do governador do estado Reinaldo Azambuja (PSDB)”. Já uma servidora de 64 anos, que não quis se identificar, afirmou que a categoria nunca foi tratada assim, e que “a resposta será trabalhamos para não reelegermos ninguém que fez isso”, declarou.

## Metroviários de SP e trabalhadores do transporte aprovam adesão à greve geral dia 5 de dezembro

Os metroviários de São Paulo aprovaram em assembleia, na terça-feira, 28, a adesão à Greve Geral do dia 5 de Dezembro, convocada pelas Centrais Sindicais contra os ataques de Temer à Previdência. Segundo o Sindicato, é preciso barrar de todas as formas possíveis o desmonte da Previdência, pois “ao contrário do que diz a intensa e milionária propaganda do governo, a nova proposta de Temer não corta privilégios, como as altas aposentadorias dos parlamentares. A reforma ataca apenas os trabalhadores, que terão de trabalhar até morrer, sem conseguir se aposentar”.

Além dos metroviários, outras categorias do transporte também aderiram à paralisação no estado, como os sindicatos rodoviários de Sorocaba, condutores de São Paulo, Guarulhos, Vale do Ribeira e ferroviários.

A greve também promete atingir os metroviários no resto do país. A Fenametro (Federação Nacional dos Metroviários) emitiu um comunicado reforçando as “orientações aos Sindicatos dos trabalhadores metroferroviários pelo país e ressalta a importância dos trabalhadores do transporte na construção dessa greve. No dia 6, o governo Temer pode sofrer uma derrota no Congresso Nacional, mas a maior garantia disso é a pressão do povo trabalhador organizado”.

Além dos metroviários, outras categorias do trans-

porte também aderiram à paralisação no estado, como os sindicatos rodoviários de Sorocaba, condutores de São Paulo, Guarulhos, Vale do Ribeira e ferroviários.

A greve também promete atingir os metroviários no resto do país. A Fenametro (Federação Nacional dos Metroviários) emitiu um comunicado reforçando as “orientações aos Sindicatos dos trabalhadores metroferroviários pelo país e ressalta a importância dos trabalhadores do transporte na construção dessa greve. No dia 6, o governo Temer pode sofrer uma derrota no Congresso Nacional, mas a maior garantia disso é a pressão do povo trabalhador organizado”.

Até esta sexta-feira, também decidem sobre a greve os trabalhadores de Porto Alegre (RS), Recife (PE) e Belo Horizonte (MG). Em Brasília (DF), a categoria já está em greve e segue em defesa do Acordo Coletivo.

“Não podemos deixar passar esse ataque aos direitos dos trabalhadores. A reforma trabalhista já está em vigor e precisamos denunciá-la e exigir sua revogação, além de também barrar a votação da reforma da Previdência. É importante que os metroviários se somem e a nossa batalha é para mobilizarmos todos e fazermos um movimento massivo em toda São Paulo”, destacou Altino Prazeres, dirigente da Fenametro.

## Já em campanha salarial, petroleiros reforçam mobilização nacional contra ataque à Previdência

Os petroleiros estão se preparando para participarem da greve geral convocadas por todas as centrais sindicais, no dia 5 de dezembro, contra a “reforma” da Previdência do governo Temer.

A categoria já está mobilizada devido à campanha salarial e está em estado de greve contra a proposta de reajuste da diretoria executiva da Petrobrás, de 1,73%.

Para o diretor do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro), Eduardo Henrique, a greve é inevitável. “A empresa quer jogar

as negociações para o final do ano e vai insistir no corte de direitos. Nós estamos hoje em algumas bases da FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) votando a participação para somar a nossa campanha com a greve geral no dia 5. Na sexta-feira, a FNP se reúne para definir essa possibilidade nacionalmente”, disse Henrique.

Em reunião de negociação na terça-feira, 29, com liderança de federações que representam os petroleiros, a direção da Petrobrás informou que apresentará uma

nova proposta para categoria, até o dia 15 de dezembro.

Das bases da FNP o Sindipetro Alagoas/Sergipe aprovou a greve do dia 5 e atraso de 1 hora durante a negociação com a empresa, assim como o Sindipetro São José dos Campos (SP). O Sindipetro Rio de Janeiro fará plenária ainda nesta semana com entidades que estão organizando a greve geral. O Sindipetro Litoral Paulista se mantém em assembleia permanente, assim como as bases do Sindipetro Pará, Amazônia Maranhão e Amapá.

## Servidores iniciam greve geral com ato na Câmara federal contra PEC do governo Temer: “Tirem as mãos da Previdência”

Servidores públicos federais tomaram a entrada da Câmara dos Deputados, em Brasília, na terça-feira, 28, em manifestação contra a reforma da Previdência que o governo quer aprovar ainda este ano, apesar da forte rejeição da população. Os servidores serão duramente atingidos caso a reforma passe, podendo ter um aumento de 10 anos no tempo de contribuição mínimo para aposentar.

Os manifestantes se reuniram de manhã para dar início à marcha até a Esplanada dos Ministérios munidos de faixas, buzinas, bandeiras e gritando palavras de ordem como “Fora Temer” e “Não tem arrego, você tira essa reforma e eu tiro seu sossego”, porém as caravanas foram barradas pela polícia militar na altura da Catedral de Brasília. “Foi algo inédito, pois apesar da garantia constitucional, o direito de ir e vir dos trabalhadores foi cerceado. Esta situação reafirma o Estado de exceção que estamos vivendo”, afirmou o secretário-geral do Sindsep-DF (Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal), Oton Pereira Neves, que também foi parado pelo bloqueio da polícia.

Após algumas horas a manifestação foi liberada e seguiu pela via principal. Para a categoria, essa é também uma atividade de preparação para a Greve Geral do próximo dia 05. A Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Instituições de Ensino Superior Brasileiras), aponta que “neste momento, os trabalhadores devem tomar as ruas para resistir aos ataques do governo e garantir os direitos. Agora, nossa tarefa é ampliar a greve e participar ativamente da Greve Geral, convocada pelas centrais sindicais no dia 05 de dezembro”.

Os servidores conseguiram organizar uma reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, após a pressão em frente ao edifício com ajuda de parlamentares da oposição. Na reunião, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) apresentaram as reivindicações da Categoria frente às medidas do governo federal, que atacam frontalmente o funcionalismo público.

Como denuncia o Jornal lançado pela central CSP-Conlutas de convocação da Greve Geral, “para enganar a população, o governo lançou uma campanha publicitária que vai custar absurdos 20 milhões de reais! O discurso é de que a reforma ‘vai combater privilégios dos funcionários públicos’, pois ‘tem muita gente no Brasil que trabalha pouco, ganha muito e se aposenta cedo’. Mentira! O Brasil possui cerca de 19

milhões de aposentados. De cada três, dois ganham salário mínimo”.

Segundo o texto da reforma, passa-se a existir uma idade mínima para requerer a aposentadoria, ou seja, só poderá se aposentar quem tiver 65 anos, no caso dos homens, e 62 no das mulheres e mais 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, no caso dos trabalhadores privados.

Para os servidores públicos, além da idade mínima (65/62 anos), o tempo de contribuição mínimo exigido é de 25 anos, o que daria direito a 70% do benefício. Para obter 100%, o tempo de contribuição é de também 40 anos. No caso de professores e policiais, muda apenas a idade mínima, que passa a ser de 60 e 55 anos, respectivamente, tanto para homens quanto para homens e mulheres.

### SALÁRIO CONGELADO

Além da luta pela aposentadoria, as entidades presentes também buscam barrar a MP 805/2017, que adia o reajuste salarial acordado com o governo para 2019 e aumenta a alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%. Maia chegou a concordar que o acordo firmado deve ser cumprido, e o reajuste deve ser realizado, porém defendeu a reforma.

O deputado federal Chico Alencar (PSOL/RJ), que também esteve presente na reunião com Maia, afirmou que “estamos entrando com um requerimento solicitando informações de 14 itens da propaganda milionária e enganosa, que atribui ao servidor público a culpa pela má gestão na Previdência, por não cobrar inclusive a dívida de dezenas de empresas”. Para o parlamentar, a propaganda ofende os servidores públicos, “em sua absoluta maioria composta por gente trabalhadora e que não ganha nenhum salário de marajá”.

Nesse sentido, o Conlutas rebate que “Privilégio tem Temer, seus ministros e parlamentares do Congresso, que se aposentaram cedo, ganham uma fortuna, roubam e ainda querem acabar com a aposentadoria do trabalhador”. Para a Condsef, que também participou do ato, o dia de “hoje dá novo fôlego à luta contra a votação e aprovação da reforma da Previdência”.

“Depois dessa grande mobilização realizada pelos servidores públicos federais em Brasília e do Dia Nacional de Lutas, Paralisação e Greves, em 10 de novembro, que retomaram a mobilização nacional contra os ataques do governo, esperamos que as Centrais façam, de fato, um esforço junto a suas bases para mobilizar uma grande Greve Nacional que mostre a disposição da classe trabalhadora de lutar contra essa criminoso reforma da Previdência”, disse Alexandre Galvão, secretário-geral do ANDES-SN.

ANA CAMPOS

## PDV do governo fracassa com adesão de apenas 76 pessoas

Após dois meses e meio do governo Temer ter aberto o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para servidores do Executivo federal, apenas 76 servidores demonstraram interesse em aderir à medida, segundo informações divulgadas pelo Ministério do Planejamento na última terça-feira (28). A previsão do governo era a demissão de 5 mil servidores.

Para escapar do fracasso, o governo informou que ira reeditar em janeiro a Medida Provisória (MP) 792/17, que criou as regras para PDV, a jornada de tra-

balho reduzida e a licença sem remuneração para servidores públicos federais. A medida provisória perdeu a validade no dia 28, por que não foi analisada pelo Congresso dentro do prazo. A princípio, as adesões poderiam ser feitas até o final de 2017 e os desligamentos ocorreriam em 2018. Para “atrair” os servidores ao plano, o governo ofereceu uma indenização correspondente a 1,25 vez a remuneração mensal por ano de serviço, e valores referentes a férias a que tiver direito e gratificação natalina.

## Tribunal Constitucional da Bolívia autoriza nova candidatura de Evo

O Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) da Bolívia, mais alta instância do Judiciário do país andino, aprovou na última terça-feira (28) a possibilidade do presidente Evo Morales se recandidatar a um quarto mandato consecutivo (2020-2025). O recurso pela nova postulação das autoridades nacionais e regionais havia sido entregue em setembro pelo Movimento Ao Socialismo (MAS), partido do presidente.

A possibilidade da reeleição na disputa de 2019 havia sido negada no começo do ano passado, por estreita margem, em um referendo, após violenta campanha midiática que atribuía a Evo um hipotético “tráfico de influências” junto a uma ex-namorada, Gabriela Zapata, com quem haveria tido um filho – que nunca havia sido informado ao país – e o abandonado. Passadas as eleições, ficou provado que tudo não passou de uma armação da oposição, com apoio da embaixada dos Estados Unidos e dos conglomerados privados de comunicação, para frear os inumeráveis avanços sociais obtidos pelo governo bolivariano.

“Me deram uma cartilha com o que eu tinha que dizer, que o filho existia, que Evo Morales era um monstro”, declarou Gabriela Zapata, em referência à criança que afirmou ter tido com o presidente em 2007. Tanto o relacionamento quanto o filho eram desconhecidos dos bolivianos, o que amplificou o escândalo de corrupção em que a jovem estava envolvida e que tornou-se público em 3 de fevereiro de 2016. Gabriela foi gerente da filial boliviana da empresa chinesa CAMC, com o qual o governo assinou contratos de US\$ 573 milhões. A vigarista foi presa, mas a divulgação em larga escala de desinformações impactou nas urnas, com a reeleição sendo então derrotada por 51,3% a 48,7%.

A medida legal, apresentada pelo MAS, pediu que o TCP se manifestasse pela inconstitucionalidade de cinco artigos da Lei Eleitoral e considerasse inaplicáveis outros quatro da Constituição Política do Estado referentes ao limite de participação em eleições para presidente, vice-presidente, governadores, deputados, prefeitos e vereadores.

O argumento do MAS é que deve ser respeitado o direito do presidente ser eleito e do povo de elegê-lo, levando em conta o artigo 23 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

O Tribunal tinha prazo até esta semana para se pronunciar sobre o recurso oficialista, devido a que no próximo domingo (3) ocorrerão as eleições para eleger os mais altos magistrados dos principais órgãos judiciais bolivianos.

# Multidão sai às ruas de Buenos Aires contra ataque a direitos trabalhistas



Ato aconteceu enquanto o Senado debatia o aleijão proposto por Macri

## “A Shell tem que pagar pelos crimes que cometeu na Nigéria”

Fegalo Nsuke, presidente da organização nigeriana, Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, denuncia que “a Shell esteve envolvida em muitos crimes que ocorreram na região do povo Ogoni e, de fato, alguma evidências que a Anistia apresentou estão subestimadas se comparadas com as atrocidades perpetradas pela Shell”. Nsuke deu entrevista para o Sputnik, publicada dia 29.

Os crimes contra o povo Ogoni foram perpetrados pelos militares nigerianos na tentativa de silenciar os protestos contra a poluição e o descaso da Shell. “As evidências analisadas por nós demonstram que a Shell encorajou, repetidamente, os militares nigerianos a responder aos protestos comunitários contra danos ambientais, mesmo sabendo que os resultados seriam assassinatos, estupros, tortura e aldeias incendiadas”, afirmou Audrey Gaughran, diretora da Anistia Internacional ao discorrer sobre o relatório que pede a abertura de um processo judicial

contra a multinacional.

“Nós gostaríamos de ver a abertura de um caso criminal. Eu acredito que algum dia a Shell será levada ao tribunal por conta dos crimes em Ogonilândia, mesmo que seja um longo processo legal. Estou confiante de que algum dia, a Shell pagará pelos crimes em contra os Ogoni”, afirmou Fegalo.

Para Gaughran, “é indiscutível que a Shell teve papel fundamental nos devastadores eventos ocorridos contra o povo Ogoni durante a década de 1990” na região petrolífera do Delta do Níger, na década de 1990. “Acreditamos que existem motivos para uma investigação criminal”, disse Gaughran ao discorrer sobre o pedido da entidade para que os governos da Nigéria, Inglaterra e Países Baixos iniciem investigações contra a petroleira com base na publicação do seu relatório. “Durante a brutal repressão do governo na época, a Shell também providenciou apoio material aos militares, incluindo transporte, e chegou a pagar propinas a um comandante

militar conhecido por suas violações contra os direitos humanos. Essas vultuosas evidências são o primeiro passo para levar a Shell à justiça. Estamos trabalhando na construção de um arquivo criminal para enviar às autoridades competentes”.

Os memorandos internos da empresa, referentes a década de 1990, demonstram o as relações da multinacional com o governo e suas ações criminosas, evidenciando todo o processo de lobby e a assistência logística e financeira dada pela empresa aos militares e forças policiais que tomaram parte nos ataques contra aldeões.

A campanha do governo nigeriano contra o povo Ogoni, em 1995, culminou na execução de nove dirigentes Ogoni, incluindo Ken Saro-Wiwa, o destacado escritor que participou ativamente dos protestos. As execuções se deram após um julgamento ilegal e foram respondidas com protestos em nível mundial.

## Militar croata se suicida diante de seus algozes no tribunal montado para encobrir os crimes da Otan contra Iugoslávia

O comandante militar, Slobodan Praljak, tomou alguns goles de veneno e morreu diante de seus algozes, os juizes do Tribunal Internacional Criminal para a ex-Iugoslávia (ICTY, sigla em inglês).

Antes de ingerir o veneno, Praljak proclamou: “Não sou um criminoso e não aceito essa condenação”. O juiz já havia pronunciado a sentença de 20 anos de cadeia para o militar.

A sessão daquele dia, 29, foi suspensa e o juiz mandou que trouxessem uma ambulância.

Praljak, que é croata, integrou a antiga multi-étnica Iugoslávia para cujo desmembramento, contribuíram com lutas inter-étnicas estimuladas os Estados Unidos e, a seu mando, a Otan. O país foi dividido à força sob bombas que mataram aos milhares, em especial nas regiões onde havia resistência à divisão.

As forças interventoras recorreram a expedientes sórdidos como apoio financeiro e logístico a bandos de marginais convertidos em terroristas, como em Kosovo, operações de bandeira trocada e outros.

Terminada a guerra, com a Iugoslávia já dividida em mini-repúblicas, EUA inventou e fez passar pela ONU um simulacro



Praljak ingere veneno diante do tribunal

de Tribunal para reescrever a história, dos crimes praticados pela Otan, da investigação sobre as bombas forâneas, nada.

Quanto aos comandantes militares a acusação, que não cabe aos juizes impostos ao país, baseada em depoimentos de testemunhas sigilosas.

O advogado Christopher Black, que pede a anulação do julgamento de outro comandante da ex-Iugoslávia, o sérvio, Ratko Mladic, (que também protestou aos brados sua inocência e não reconhecimento do tribunal impostor), denuncia que “o tribunal é apenas um arranjo para a Otan, que o usa para os interesses do bloco para o qual atua”.

“Está mais do que claro que a Otan queria montar um tri-

bunal que ela pudesse controlar totalmente. A Otan criou um tribunal que usa metodologia fascista”, acrescentou Black.

“Protocolos ultrajantes, testemunhas secretas, enquanto os acusados são desnudados de forma indigna. As testemunhas são orientadas sobre o que devem dizer”, destaca o advogado.

“Advogados que realmente querem lutar não são admitidos para defender os réus. Quando há recursos, os juizes que julgam as apelações são os mesmos que atuam como se passassem da acusação à apelação por portas giratórias. Eles dirigem, arranjam os mecanismos e determinam os resultados, as condenações”, finalizou Black.

GABRIEL CRUZ

## A convocação das centrais sindicais argentinas levou 300 mil às ruas contra a agressão de Mauricio Macri aos direitos dos trabalhadores

Convocados pelas centrais CTA (Central de Trabajadores de Argentina), CGT (Corrente Federal da Central Geral dos Trabalhadores), CNCT (Confederação Nacional de Cooperativas de Trabalho) e diversas organizações sociais, políticas e de direitos humanos, mais de 300.000 trabalhadores argentinos marcharam pelas principais avenidas de Buenos Aires entoando “Não é reforma, é ajuste!”. A Praça do Congresso da Nação foi o ponto final de concentração da manifestação que rejeitou os projetos de ‘reforma’ trabalhista, previdenciária e fiscal apresentada e impulsionada pelo governo do presidente Mauricio Macri.

O ato foi realizado enquanto o Senado debatia os projetos de mudança nas aposentadorias e a tributária, enquanto que a discussão do ajuste que busca ‘flexibilizar’ o mercado de trabalho sob o pretexto de “fomentar” as contratações - segundo o jargão usado por Macri - foi adiada para o ano que vem.

O secretário geral da CTA, Hugo Yasky, denunciou que o governo “quer um país sem sindicatos”. “Não vai ter sindicatos que desapareçam, o que haverá é organização sindical. Vamos construir unidade junto aos movimentos sociais e defesa do estado de direito. Vamos por mais unidade!”, enfatizou, apontando para o fortalecimento das ações conjuntas.

“A história se repete. Cada vez que vem um governo liberal a primeira coisa que se faz é atacar os direitos dos trabalhadores e tentar desprestigiar as organizações sindicais”, disse Pablo Moyano, secretário sindical da CGT.

O secretário geral da Associação Bancária, Sergio Palazzo, encerrou o protesto dizendo que “vimos manifestar com

clareza que rechaçamos, repudiamos, dizemos não à reforma trabalhista, fiscal e ainda mais à reforma da previdência. Viemos dizer não à usurpação do direito dos trabalhadores”. Ele qualificou de “insensível e inumana a atitude de baixar o poder aquisitivo dos aposentados. E um programa de ajuste sem fim”.

As reformas trabalhistas que Macri pretende são similares às reformas de arrocho preparadas pelo governo Temer. Modificar e ‘flexibilizar’ as leis trabalhistas implantando formas de contratação sem regulamentação como trabalhos temporários ou por produção, sem registro em carteira; limitação da possibilidade dos trabalhadores abrirem processos por denúncia de acidentes de trabalho e outros abusos.

Os sindicatos dos professores também se somaram ao rechaço das políticas de Macri e realizaram uma greve em todo o país, convocada pela Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (Ctera).

O massivo e enérgico protesto contra o ajuste que o governo tenta impor aconteceu em um momento em que a sociedade argentina está revoltada com a repressão descontrolada contra a comunidade mapuche. Uma repressão que perpetrou o assassinato com um tiro pelas costas, no dia 25 passado, de Rafael Nahuel. O ato covarde contra um jovem desarmado que o país inteiro condena ocorreu durante uma reintegração de posse realizada pela polícia argentina na comunidade Lafken Winkul Mapu, localizada na Villa Mascardi, em Bariloche. Na terça-feira, dia 28, milhares de pessoas se manifestaram no centro dessa importante cidade turística que era onde Rafael morava.

SUSANA SANTOS

## Burkina Faso: ato de repúdio a visita de Macron e exige “fim da exploração imperial da África”

A delegação do governo francês na África passou sufoco durante sua visita ao continente, iniciada na noite da segunda-feira (27) por Burkina Faso. No dia seguinte, enquanto se dirigia à Universidade da capital do país, a cidade de Ouagadougou, para uma atividade conjunta com governo local, o comboio francês foi recepcionado por milhares de manifestantes empunhando cartazes e cantando palavras de ordem como “abaixo a exploração da África pelo Ocidente”.

Durante o protesto, os manifestantes chegaram a bloquear vários veículos que se dirigiam à universidade, porém não conseguiram barrar a caravana francesa. Embora tenha conseguido passar pelas barricadas, um mini-ônibus com membros da delegação francesa que acompanhava o presidente, Emmanuel Macron, teve pelo menos uma janela quebrada por pedras atiradas pelos manifestantes, conforme noticiou o jornal local “Quotidien”.

“Durante a viagem de hoje a Ouagadougou, um veículo da delegação francesa foi apedrejado por centenas de manifestantes”.

Ainda na noite de segunda, pouco antes da chegada de Macron à capi-

tal do país, dois indivíduos lançaram uma granada contra um veículo militar francês, deixando três feridos. O atentado ocorreu contra as forças militares francesas que se dirigiam para Kamboinse, onde se situa um “quartel-general” francês em Burkina Faso. Como resposta, um importante destacamento militar francês foi destinado para o centro de Ouagadougou para reprimir os manifestantes.

Durante a atividade na Universidade Ouagadougou, que contou com a participação do presidente de Burkina Faso, Roch Marc Christian Kabore, Macron fez uma intervenção para cerca de 800 estudantes e acabou respondendo com grosseria aos atos de protesto contra sua indesejável presença. Depois de afirmar ao plenário que os problemas da África, a exemplo do atual tráfico de escravos reinstalado na Líbia após a invasão imperialista, eram “dos lídres africanos” Macron insultou o presidente Kabore, que se retirou na tentativa de evitar ainda mais constrangimentos. Ainda assim, Macron insistiu e indagou: “Ele está saindo... Fique aqui! E, pareça que ele está indo, prepare o ar condicionado”.

E a paga de um colonialista inveterado à

## Chile: Frente Ampla decide que não apoiará candidato de Michele Bachelet no 2º turno

A coalizão chilena Frente Ampla (FA), liderada por Beatriz Sánchez, candidata que recebeu 20,3% dos votos e ficou em terceiro lugar no primeiro turno da eleição de 19 de novembro, ratificou sua postura crítica em relação ao candidato da coligação Força da Maioria, Alejandro Guillier, que disputará o segundo turno em 17 de dezembro.

Embora para a FA, a vitória do ex-presidente Sebastián Piñera, que se enfrentará com Guillier, significaria um retrocesso para o Chile, a coalizão decidiu que não apoiará o candidato governista, que representa a possibilidade de que a atual presidente Michelle Bachelet continue, de fato, no governo, já que ele não incluí no seu programa as principais propostas sociais e econômicas que propõe a esquerda chilena.

Entre as propostas da FA se encontram:

1. Impulsionar a nacionalização de empresas.
2. Fim das Administradoras de Fundos de Pensões (AFP), entidades privadas responsáveis pelas aposentado-

rias no Chile, cujo rechaço na população atinge 87%, segundo pesquisa de agosto de 2016.

3. Uma Assembleia Constituinte que “redefina o pacto político e social chileno”, superando as leis que ainda persistem do período pinochetista, e crie uma nova Constituição.

4. Acabar com o Crédito com Aval do Estado (CAE), sistema de pagamento da educação superior, esquema privado duramente criticado pelos estudantes.

5. Criação de um seguro único de saúde universal e solidário, junto com “uma renovada infraestrutura pública”.

Guillier descartou as propostas da FA e assegurou que “não tem que fazer acenos” à coalizão da esquerda chilena, embora demagogicamente se propusesse alcançar algumas das propostas “de maneira gradual”.

O candidato que representa os setores governantes conseguiu 22,69%, enquanto que o conservador Sebastián Piñera ficou no primeiro lugar entre oito candidatos com 36,64% dos votos.

## Israelenses admitem aliança com os terroristas do Estado Islâmico

Israel pode se aliar com os terroristas do Daesh (Estado Islâmico). É exatamente o que aventa o jornal israelense em língua inglesa, o Jerusalem Post, citando informe de um centro israelense especializado em espionagem, o Centro Meir Amit de Informação sobre Inteligência e Terrorismo.

A matéria diz que, com o enfraquecimento do Daesh, o bando não representa ameaça e, portanto, “Israel pode, sem ambiguidades ver como positivos aliados”.

A ideia-pretexo para a aliança com o mais agressivo e doentio bando terrorista atuando na Síria e no Iraque é confrontar a presença iraniana na Síria e no Líbano, a mesma motivação que foi colocada como chave por Donald Trump

e pela Arábia Saudita e reinados satélites.

O Irã integra o leque de países que se recusam à vassalagem diante do Império americano. Não usou seu poder bélico para atacar nenhum país da região, apenas tem contribuído para derrotar os terroristas que se instalaram com o mesmo apoio dos EUA, Arábia Saudita e Israel, na Síria, para depor o governo sírio e dividir o país em nesgas dominadas por lideranças sectárias e retrógradas.

O centro israelense Meir Amit sugere que Israel irá apoiar ações de terrorismo na Síria e sabe quais as táticas usadas pelo bando que apoia. Segundo o centro, o bando “deve mudar seus parâmetros de combate e reverter sua ação para táticas de guerrilha e terrorismo”.

# Atos em 50 universidades repudiam ataque fiscal de Donald Trump



Universidade da Califórnia, Los Angeles: "Taxem o 1% mais rico, não estudantes!"

## Perseguição dos EUA a Assange é volta do macartismo

Advogado e ativista de direitos humanos, Randy Credico, que tem entrevistado repetidas vezes o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, acusou o governo dos Estados Unidos de retomar sua suja campanha macartista e armar uma nova "Guerra Fria" contra a Rússia.

O ativista, que também é comediante em Nova Iorque, recebeu um pedido de convocação do Comitê de Inteligência do Congresso Americano por hospedar o programa de rádio "Randy Credico Live on the Fly", que frequentemente tem Assange como convidado.

Confinado há mais de cinco anos na embaixada do Equador em Londres, o fundador do WikiLeaks tem sido alvo de uma violenta perseguição. O tirotoe aumentou ainda mais no ano passado, quando a organização publicou arquivos vazados do Comitê Nacional Democrata e da campanha presidencial de Hillary Clinton. Assange

passou então a ser acusado de estar envolvido no escândalo Russiagate e de atuar como representante da Moscou "contra os interesses democratas", que teria definido as eleições para os republicanos.

Durante uma entrevista à Rússia Today, Credico confirmou que realmente se encontrou com Assange em setembro e novembro de 2017, mas que desconhece qualquer tipo de envolvimento estrangeiro por trás do processo eleitoral norte-americano.

"Eles estão indo atrás de mim, por quê? Por causa da minha conexão com Julian Assange. Eu o entrevistei no ano passado. Eu contei com ele no meu show e eu estive na embaixada do Equador em Londres. Esta é apenas outra maneira de manter vivo este falso inquérito Russiagate", informou. Conforme o ativista, não há qualquer base de sustentação para o discurso

de interferência russa nas eleições. "Eles podem me colocar na prisão, mas certamente não vou colaborar com essa caça às bruxas, com este moderno macarthismo", frisou.

Sobre os supostos US\$ 100 mil gastos no facebook por alegados investidores russos, o ativista ironizou, lembrando que este é um dinheiro tão inexpressivo que "não obteria nem um congressista eleito". "Washington não quer uma guerra nuclear, eles querem uma Guerra Fria, como fizeram na década de 50", sublinhou.

Na avaliação de Credico, o povo americano tem algo mais importante com que se preocupar do que "com um fantasma russo falso", "pois há problemas reais com suas escolas, seus empregos, sua polícia, seus tribunais e prisões". "Você pergunta a qualquer um nas ruas e eu garanto que a Rússia não vai estar nem no top 20 ou no top 30" das preocupações das pessoas.

## Bolha do bitcoin ruma para o espaço sideral

Como disse The Economist, o abalizado panfleto da família Rothschild, sobre a criptomoeda, "para o infinito e além". Com juros reais mantidos no vermelho nos EUA, União Europeia e Japão, os especuladores sempre acham outro jeito - uma nova modalidade de bolha - de multiplicar o capital fictício. A bolha do ponto.com não deixou saudade, e menos ainda o crash de 2008, mas o cassino não para.

Agora o bitcoin, a moeda digital de suspeita procedência, que valia menos de US\$ 800 há um ano atrás, já cruzou o patamar de US\$ 11.000. Quatro dias antes, estava em US\$ 9.000. Se isso não é uma bolha, infla como uma bolha e, claro, não tem vínculo com a economia real. Já há gente comparando a febre do bitcoin com a febre das tulipas do século XVII.

Conforme registrou a vicenews, a decisão da bolsa de Mercadorias de Chicago (CME) de 31 de outubro de "lançar futuros em bitcoins em dezembro deu legitimidade ao bitcoin como ativo negociável, o que analistas acreditam que ajudou a acelerar o salto no preço. A moeda digital está 50% mais elevada desde o anúncio".

E que salto. Como lembrou o New York Times, o índice industrial Dow Jones teve sua maior alta no ano de 1915, subiu 82% - "ou um décimo do que o Bitcoin aumentou este ano". Já a vicenews acrescenta que "o valor total dos 16,7 milhões de unidades

de bitcoin em circulação agora ultrapassa US\$ 160 bilhões, o que coloca sua capitalização de mercado maior do que a IBM, McDonald ou Disney".

Ou como registrou alguém no twitter: "com US\$ 160 bilhões, o valor de mercado do bitcoin acaba de superar a GE. Sim, a GE: fundada em 1892, uma vez a maior empresa do mundo, 295.000 empregados, US\$ 123 bilhões em receitas". Na contra-mão, o governo chinês, em setembro, determinou o fechamento das "bolsas de bitcoins" que pululavam no país. O CEO do JPMorgan Chase, Jamie, classificou o bitcoin de "fraude", enquanto instituições financeiras debatem se há outras alternativas úteis para a tecnologia em que se baseia, os "blockchains".

## Stone nega assédio sexual em testes para 'The Doors'

O cineasta norte-americano Oliver Stone negou a acusação de assédio sexual feita pela atriz Melissa Gilbert durante os testes para o filme "The Doors".

"Fizemos testes com dezenas de atores para "The Doors" e deixamos claro, desde o início, que nosso filme seria um filme ousado, ao estilo rock and roll. Todos foram informados de que as cenas seriam ensaiadas e executadas a partir de um roteiro e acompanhadas por minha diretora de elenco, Risa Bramon Garcia, presente durante todo o processo para garantir um ambiente seguro para todos os atores que fizeram o teste", declarou Stone.

Melissa Gilbert realizou o teste para o papel que veio a ser de Meg Ryan. Segundo Gilbert, Stone "escreveu uma cena especial" para seu teste, "uma cena que não estava no roteiro. As páginas que recebi eram humilhantes, ele queria que eu ficasse de quatro na frente dele e implorasse" por sexo. "Eu comecei a chorar e saí correndo da sala do teste. Estou contando essa história e mesmo assim tenho medo de dizer o nome dele. Era Oliver Stone, e o teste era para The Doors", declarou.

A diretora de elenco Risa Bramon Garcia nega as acusações de Gilbert em seu comunicado ao afirmar que todo o processo ocorreu sem qualquer ato ilícito. "O processo de audições para The Doors foi desafiador,

dada a natureza do material e o assunto do filme. No entanto, todos os atores que fizeram o teste entraram voluntariamente e estavam conscientes do material provocativo antes de se envolver em suas cenas".

"Nenhum ator foi forçado a fazer qualquer coisa que possa ter sido desconfortável, e a maioria dos atores aceitou o desafio, reconhecendo a direção de Oliver Stone e seu processo criativo. Na minha experiência, não houve nenhuma tentativa de ofender pessoalmente qualquer ator particular. Eu sempre fiz o possível para criar um espaço seguro e criativo para os atores na sala de audições. Não foi diferente em The Doors".

## RPDC: 'força nuclear é autodefesa frente à ameaça atômica dos EUA'

A República Popular Democrática da Coreia lançou com sucesso na madrugada desta quarta-feira (29) um novo e avançado míssil balístico de longo alcance, ou míssil intercontinental, segundo informou a Agência Central de Notícias da Coreia.

O míssil Hwansong-15 foi lançado depois da ordem emitida pelo máximo líder do país, Kim Jong Un que presenciou e dirigiu o ensaio e lançamento realizado fora de Pyongyang.

"A RPDC cumpriu finalmente com sucesso a causa histórica de completar a força nuclear do Estado", afirmou Kim Jong Un após o lançamento.

Em um comunicado oficial publicado pela KCNA o governo coreano afirma que "a RPDC garantiu o desenvolvimento e o avanço do armamento estratégico da RPDC que tem como objetivo defender a soberania e a integridade territorial do país diante da política de chantagem e ameaça nuclear dos imperialistas estadunidenses e garantir a vida pacífica do povo coreano.

"A RPDC declara solenemente que os mísseis não significarão ou trarão nenhuma ameaça para nenhum país ou região enquanto não violarem os interesses nacionais da RPDC", sublinhou o comunicado governamental.

"Como potência nuclear responsável e Estado amante da paz a RPDC empenhará todos os seus esforços possíveis para servir ao nobre propósito de defender a paz e a estabilidade no mundo", diz também o comunicado.

O novo míssil testado hoje voou 53 minutos e aterrizou com precisão no ponto fixado como objetivo no Mar do Japão. O foguete que é capaz de alcançar o território continental completo dos EUA Alcançou uma altitude máxima de 4.475 km e percorreu a distância de 950 km.

O Hwansong 15 apresenta vantagens e avanços em relação às especificações táticas e tecnológicas em relação às características técnicas do Hwansong 14 testado em julho.

Em Nova York, a tresloucada Nikki Haley, embaixadora dos EUA na ONU vociferou que "ninguém deve duvidar que se ocorrer uma guerra o regime norte-coreano será totalmente destruído", repetindo o que o tão tresloucado quanto, Trump, havia dito semanas antes.

Trump e Troupe não admitem a independência do país coreano e de seus dirigentes. Menos ainda a firme disposição desses dirigentes em defender seu povo à sua maneira.

A mídia norte-americana e europeia fala do teste de mísseis da RPDC como provocação, mas não fala das provocações dos EUA com sul-coreanos na fronteira com a RPDC em permanentes ensaios de guerra nuclear que simulam a destruição da RPDC e que mobilizam milhares de efetivos militares, aviação, marinha e porta-aviões nucleares como o último "Uji Freedom Guardian".

Na ONU, o representante permanente da Rússia, Vassili Nebenzia, conclamou ao diálogo pedindo que os EUA e a Coreia do Sul abstenham-se de fazer manobras militares em alta escala como têm feito. "As manobras militares dos EUA e a Coreia do Sul na fronteira com a RPDC resultarão numa situação explosiva", afirmou.

Vassili fez nesta quarta-feira (29) um chamamento à RPDC para que suspenda suas provas nucleares e aos EUA que parem de realizar exercícios em grande escala. "Washington e seus aliados parecem querer colocar à prova a paciência da RPDC com manobras militares não declaradas", afirmou Vassili que criticou a instalação dos escudos antimísseis THAAD dos EUA na Coreia do Sul, "ação que muito contribui para a escalada das tensões na região. Avançar para uma solução completa será difícil enquanto Pyongyang sentir sua segurança ameaçada", disse o embaixador russo na ONU e acrescentou: "na Coreia socialista é interpretada como manobras hostis as que levam a cabo Washington e Seul."

ROSANITA CAMPOS

## Putin reúne-se em Moscou o premiê chinês Li Keqiang

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, recebeu nesta quarta-feira (29) no Kremlin o primeiro-ministro da China Li Keqiang com o objetivo de promover avanços firmes na cooperação regional e internacional entre os dois países.

Li está na Rússia depois de participar de reuniões na Hungria e participará em Sochi na quinta-feira (30) e na sexta (1º) da XV reunião de chefes de governos e primeiros-ministros dos países da OCS. "A China está disposta a trabalhar com a Rússia para fortalecer a comunicação e coordenação em assuntos internacionais e consolidar a cooperação nos marcos multilaterais inclusive em relação à OCS - Organização para a Cooperação de Xangai", afirmou Li que levou ao presidente Putin os cumprimentos do presidente da China Xi Jinping e disse que "os dois países, China e Rússia têm um papel fundamental para injetar força construtiva ao desenvolvimento pacífico do mundo".

Putin afirmou que "os frequentes encontros e intercâmbios de alto nível e a comunicação crescente entre a China e a Rússia em vários aspectos demonstram plenamente a estabilidade e alto nível do desenvolvimento dos laços

bilaterais." E acrescentou que "os dois governos e os mecanismos de cooperação pertinentes têm desempenhado um importante papel para a orientação da cooperação pragmática. O comércio entre a Rússia e a China registrou um bom impulso na cooperação e no crescimento na área de energia, infraestrutura de transporte, agricultura e áreas locais."

Li Keqiang assinou o desenvolvimento da cooperação econômica registrou um avanço estável e que os dois países têm seguido impulsionando a cooperação bilateral em âmbitos tradicionais como economia, comércio, energia, aviação, transporte, equipamentos de produção e agricultura, além de avançar em novos setores como economia digital, inovação tecnológica e pequenas e médias empresas. O que só demonstra que a cooperação entre a Rússia e a China tem grande potencial e amplas perspectivas", disse Li, e prometeu "trabalhar com a Rússia para aproveitar o potencial do desenvolvimento do Extremo Oriente e para expandir o comércio nas áreas de fronteiras comuns e assim beneficiar os povos dos dois países." R.C.

Milhares marcharam nos campi dos EUA para exigir que sejam retiradas cláusulas que tornam isenções em renda tributável e cortam deduções sobre pagamento do juro de empréstimo estudantil

Apesar de todo o empenho do governo Trump para enfiar goela abaixo do povo americano na surdina sua reforma fiscal, que transfere até 2037 em torno de US\$ 6,7 trilhões dos mais pobres para os ricos e as corporações, a sociedade norte-americana começa a se mover. Na quarta-feira milhares de estudantes de pós-graduação marcharam em 50 universidades pelo país inteiro para exigir que seja retirada a cláusula aprovada na Câmara que transforma as bolsas e isenções de matrícula em renda tributável.

Na véspera, em Washington manifestantes contra a reforma fiscal de Trump invadiram reunião do Comitê de Orçamento do Senado - que empurrou por 11 x 12 o achado para decisão do plenário -, aos brados de "mate a lei, não nos mate". Uma dezena de manifestantes foi presa. Na segunda-feira, o "Dia Nacional de Ação" pressionou senadores e deputados para que rechem o esbulho. Se três senadores republicanos mudarem de lado, a reforma não passa: o placar atual é 48 x 52. Mas Trump ligou o rolo compressor e como disse um senador republicano, sem corte de impostos vai faltar dinheiro para a campanha eleitoral do próximo ano.

A convocatória #GradTaxWalkout se espalhou pelo país inteiro. Em Nova Iorque, os estudantes se concentraram na Union Square para mandar para o inferno o pacote. Ato aconteceu em vários campi da Califórnia, no Massachusetts Institute of Technology, na Universidade de Minnesota, na Auburn University do Alabama, na Universidade Estadual de Ohio, na instituição do Kansas e em muitas outras. "Nenhum imposto sobre a graduação!", exigiam os alunos, acrescentando "impeça os ricos, não os estudantes".

Outra cláusula que prejudica os estudantes é a que corta a dedução para pagamento de juro dos empréstimos estudantis. Em dez anos, o dinheiro surrupiado pela reforma fiscal dos estudantes de pós-graduação significaria US\$ 65 bilhões para as arcas de Wall Street ou para o Pentágono. "Por que os ricos precisam de ainda mais?", questionavam manifestantes durante os protestos. Na Universidade de Denver, cartaz exibido pelos estudantes chamava a "reforma de Trump" de "Plano Piranha".

A caracterização não é sem motivo. Trump enfiou pequenos descontos temporários nos impostos da classe média e dos mais pobres - voltando às taxas atuais após cinco anos -, para poder passar cortes gigantes permanentes em favor das corporações e dos ricos.

A ameaça que paira sobre os pós-graduandos é pesada. Na entrevista da ativista Heather McGhee com Amy Goodman, do programa Democracy Now, revelou-se que "escolas de todo o país pode-

riam perder a metade dos estudantes de pós-graduação", que simplesmente não podem se dar ao luxo de bancar tal aumento de imposto.

Cinicamente, Trump gababa-se de sua reforma fiscal como sendo "o maior corte de impostos da história do nosso país" - o que só é verdade se você pertence ao 1% mais rico ou é dono, ou executivo, de uma grande corporação. Para as corporações, o imposto será reduzido de 35% para 20% - uma doação de US\$ 1,5 trilhão em dez anos.

Na verdade, ainda maior, como esclarece McGhee ao responder ao co-entrevistador Juan Gonzáles sobre a repatriação de dinheiro que as corporações mantêm no exterior: Garantiram a redução retroativamente dos impostos que as corporações ainda não pagaram para que possam repatriá-lo para os EUA. "E então eles terão uma taxa de imposto de zero por cento sobre os lucros estrangeiros".

A reforma de Trump também reduz dramaticamente impostos para pequenos empresários e ricos e corta ou elimina o imposto sobre a propriedade herdada, que atingiria 5 mil famílias. De acordo com o Centro de Orçamento e Prioridades Políticas, metade dos cortes de impostos irá para o 1% das famílias do topo, as de renda de mais de US\$ 700 mil por ano. Já o 0,1% receberá até 30% dos cortes de impostos totais.

### CORTE DE US\$ 1,5 TRI

Outra consequência malévolada da reforma de Trump será que essa transferência de US\$ 1,5 trilhão em dez anos para corporações e bilionários - via corte de impostos -, acabará agravando o déficit federal, o que o establishment de Washington utilizará de forma hipócrita para exigir cortes na carne do Medicare, previdência, Medicaid e programas sociais.

Quanto à mentira de Trump de que o corte de impostos das corporações trará "investimentos e empregos", não se sustenta de pé. Não é por falta de dinheiro que as corporações dos EUA não investem na produção - inclusive estão recomprando ações por atacado para inflar a distribuição de dividendos e o valor de mercado.

Aliás, 41 de 42 economistas pesquisados pela infedível Universidade de Chicago concluíram que a transferência em massa de dinheiro para as corporações não trará crescimento substancial e certamente ampliará a dívida federal. Com a reforma fiscal de Trump, a economia dos EUA, que é a economia desenvolvida mais desigual do planeta, se tornará ainda mais desigual e perversa. E os magnatas e rentistas nem estavam precisando: desde 2007 cada família do 1% do topo ficou US\$ 4,9 milhões mais rica, enquanto todos os demais ficaram US\$ 4.500 mais pobres.

ANTONIO PIMENTA

## 8 de dezembro restreia novelão do 'fechamento do governo' dos EUA

Após ser contornada em setembro, com a suspensão do limite de endividamento federal por três meses, aproveitando a emergência criada com o furacão Harvey, estará de volta no dia 8 de dezembro nos EUA o novelão O Direito de Fechar, com a iminente exaustão dos recursos para a operação do governo federal, podendo até ocorrer a suspensão de serviços.

Na primeira escaramuça, os líderes democratas no Congresso não compareceram a encontro marcado com Donald Trump e a troca de farpas ficou pública.

A atitude - ou teatro - da líder democrata na Câmara, Nanci Pelosi, e do

líder no Senado, Charles Schumer, foi explicado - tinha de ser - por mais uma tuitada de Trump. Nesta, ele acusou os democratas de "quererem aumentar impostos", de deixarem o Pentágono à míngua e apoiarem a imigração "ilegal".

Nessas horas, não faltam catastrofistas prevendo, quem sabe, uma moratória eventual. Em setembro, o acordo foi fechado por Trump com a cúpula democrata e acabou aprovada por 80 a 17. Mas Schumer já se prontificou: "há muitas áreas em que concordamos, temos de trabalhar para encontrar um meio termo aceitável".

# A Lava Jato e os desacertos das políticas monetária e fiscal

Já faz algum tempo, recebi do Sindicato dos Economistas do Distrito Federal (SINDECON-DF), através de seu presidente, meu amigo Flauzino Antunes Neto, um grande presente: o livro "Entre Crises - 40 anos de economia do Brasil", de Dércio Munhoz.

Como disse, já faz algum tempo. Tenho, desde então, planejado escrever algo sobre o livro de Dércio. No entanto, a multiplicidade de coisas a fazer aqui, na redação do HP, e até em outros lugares, impediu-me de realizar essa intenção. Não é um caso único: na verdade, estou com uma fila de livros de que necessito dizer algo, a maioria deles, presentes de amigos.

Espero saldar parte dessa dívida - parcialmente, em dimensão muito pequena - com essa introdução ao artigo que Dércio Garcia Munhoz publicou na "Revista de Conjuntura", do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, sobre a política monetária e fiscal dos últimos anos, e a Operação Lava Jato. No entanto, não preciso dizer mais sobre isso, pois o leitor poderá ler o texto de Dércio abaixo, nesta página.

Resta, no entanto, dizer que Dércio Garcia Munhoz é um dos grandes economistas do país - e considerando que, na sua profissão, é muito difícil, hoje, encontrar alguém que possa ser qualificado de "grande".

O que faz a obra de Dércio especialmente importante é sua ligação com o Brasil, sempre pensado enquanto nação - não é algo simples, pois muitos que assim acham que fazem estão longe de conseguir

essa ligação com o país, sem a qual a análise econômica (ou política ou histórica) torna-se charlatanismo ou, o que é mais ou menos a mesma coisa, reacionarismo.

Por quê?, perguntará o leitor mais jovem.

Porque a ciência não admite a fuga da realidade, a omissão da verdade. Aqueles que, aberta ou disfarçadamente, negam a nação, apenas fogem da realidade e omitem a verdade.

Naturalmente, a nação não existe sem os homens e mulheres que a formam. Por isso, é uma construção contínua. Ela não está pronta, não está acabada. Exige o esforço daqueles que a compõem. Sobreteem nos tempos de hoje.

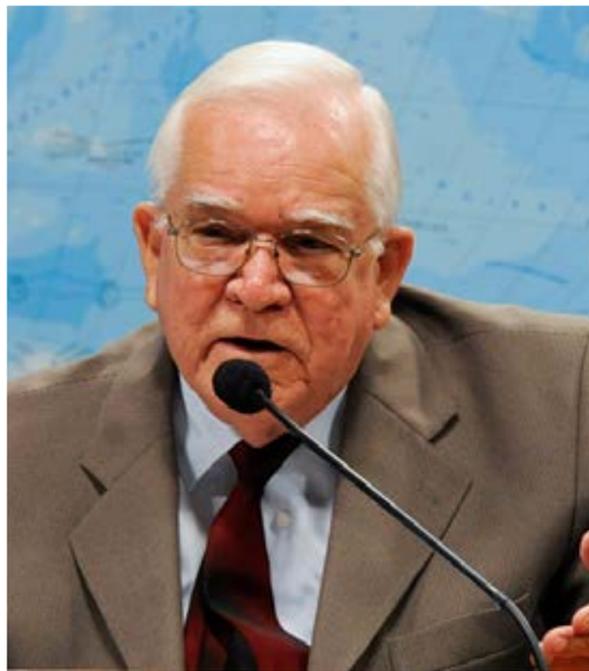
Neste sentido, a obra de Dércio Garcia Munhoz (por exemplo, "Divida Externa: a Crise Rediscutida" ou "Economia Agrícola - Agricultura: uma Defesa dos Subsídios") é um esforço para construir a nação.

Seu novo livro - estou atrasado na resenha, daí esse "novo" -, "Entre Crises - 40 anos de economia do Brasil" é um panorama da economia brasileira desde o pós-II Guerra Mundial até a crise das economias imperialistas de 2008, com um desenho das nossas perspectivas para o século XXI.

Bem, leitores, confirmam o artigo abaixo. Vejam de que é capaz o professor Munhoz - sua lucidez e coragem.

E que me desculpem os amigos do SINDECON-DF, pelo atraso.

C.L.



**Praticada no Brasil desde meados da década passada, a estratégia do Governo de criar falsas euforias, de grande impacto político apesar de apenas temporárias, teve o ônus jogado sobre a Petrobrás, o setor elétrico e a indústria manufatureira. Evidentemente que inviabilizando empresas dado o endividamento que provocava, como foi o caso da Petrobrás e das elétricas, ou fechando milhares de empresas e milhões de empregos, quando o câmbio barato quebrou a competitividade externa e interna das indústrias. Acima, o economista e escritor Dércio Garcia Munhoz**

## MUNDO DE ILUSÕES

Qualquer medida voltada para criar artificialismos - seja através de administração de preços, da taxa de câmbio, das taxas de juros etc. - tem um tempo de vida limitado. Isso porque sempre que se force a redução de preços na economia, sem mecanismos compensatórios, o efeito imediato é que um grupo de agentes passa a enfrentar redução de receitas sem redução de custos, enquanto outros se beneficiam de um aumento do poder de compra e do nível de bem estar - sem que efetivamente se esteja fazendo uma transferência de rendas com caráter permanente. Essas medidas artificiais transmitem à população a sensação de uma melhoria do nível de renda, permitindo que se propague, enganosamente, que as famílias se viram alçadas a grupos de renda superiores. Algo como dizer que dezenas de milhões de famílias milagrosamente saltaram de classe - inchando a classe média - que foi o chavão preferido na propaganda oficial.

Praticada no Brasil desde meados da década passada, a estratégia do Governo de criar falsas euforias, de grande impacto político apesar de apenas temporárias, teve o ônus jogado sobre a Petrobrás, o setor elétrico e a indústria manufatureira. Evidentemente que inviabilizando empresas dado o endividamento que provocava, como foi o caso da Petrobrás e das elétricas, ou fechando milhares de empresas e milhões de empregos, quando o câmbio barato quebrou a compe-

titividade externa e interna das indústrias.

A situação tornou-se insuportável quando, ao final de 2013, o recuo da taxa efetiva de câmbio chegou a perto de 50% em relação à média 2009/2011 (seção Conjuntura Estatística da revista Conjuntura Econômica, FGV); as empresas do setor elétrico eram sufocadas pelo acúmulo de desequilíbrios financeiros; e o endividamento líquido da Petrobrás era, em 2013, quase quatro vezes maior que o nível de 2010. Chegava-se a um ponto limite - como já ocorrera ao final de 1998 - e o realinhamento do câmbio e demais preços administrados tornava-se imperioso.

Quando o Governo decide por uma taxa de inflação artificialmente baixa, manipulando o câmbio e outros preços, tem plena consciência de que se trata de medida temporária e que, quando exaurido o fantasioso modelo, inevitável que a inflação de proveta dê lugar a uma elevação no nível dos preços, na acomodação para a recuperação de rentabilidade dos setores sufocados. E nessa hipótese só resta ao governo admitir o movimento de recomposição de custos e preços e a partir disso buscar alternativas que permitam um processo de recomposição das rendas com o mínimo de desarranjos derivados. O crescimento econômico deve ser visto, então, como aliado essencial.

Ora, quando se impôs o rearranjo de custos e preços na economia brasileira, a partir de 2013, surpreendentemente a dupla Banco Central/Fazenda passou a atribuir as pressões sobre os preços a um pseudo excesso de demanda e a partir daí acionou os instrumentos ortodoxos de política monetária - fundamentalmente a elevação das taxas de juros - com efeitos paralisantes sobre a atividade econômica. E o fizeram mesmo presenciando uma economia com elevado nível de capacidade ociosa e próxima da estagnação.

O resultado foi que as famílias (pessoas físicas) enfrentaram um aumento absurdo nas despesas com juros, e tais encargos (apenas nos empréstimos com recursos livres) saltaram de R\$ 260 bilhões, estimados para 2012, para R\$ 375 bilhões em 2014 e R\$ 580 bilhões em 2016, mais que dobrando no período, quando o saldo dos empréstimos pouco cresceu. Decretavam, portanto, as autoridades, com juros estratosféricos, a paralisação da economia.

Igualmente, como decorrência da elevação da Selic (aproximadamente de 9% em 2012 para 14% a.a. em 2016), explodiram os gastos do Tesouro Nacional com juros da dívida pública e com inaceitáveis operações do BC com títulos públicos. E as estimativas indicam que tais dispêndios se elevaram de R\$ 185 bilhões em 2012 para R\$ 450 bilhões em 2016 (mesmo compensada a remuneração dos depósitos do Tesouro no BC). Um desvario praticado impunemente pelo Banco Central com a conivência do Ministério da Fazenda.

Não se pode concluir apenas que as autoridades perderam a noção do impacto de suas decisões sobre o funcionamento do sistema econômico. Mais que isso, inconscientemente jogaram o país numa crise sem precedentes, ao mutilar as duas principais fontes que acionam a produção e o emprego: a demanda de exportações e a demanda das famílias.

E, atônitos, os criadores do caos se mostram incapazes de reverter a decomposição que provocaram, independentemente das ações da Lava Jato, acenando apenas para a salvação se dará com a destruição da Previdência Social, adotando plenamente o modelo Pinochet, como ansiosamente cobrado pelo influente e misterioso mercado - que atesta o fracasso da gestão econômica com plena liberdade às autoridades da área para experiências que desarticulam o sistema econômico, levando dezenas de milhões de trabalhadores ao desespero e ao desespero e paralisando as ações do Governo.

## DÉRCIO GARCIA MUNHOZ

**A** intensificação da ação repressiva do Estado sobre práticas ilícitas que vinham prosperando na execução de contratos governamentais teve o efeito de um verdadeiro tsunami, envolvendo a apuração de atos passados, e mesmo recentes, com incontáveis e até então insuspeitas ramificações, e com incontáveis reflexos.

Como logo se concluiu que o problema se originara em obras e serviços em determinados setores, inevitável que as ações policiais e da Justiça tivessem impactos concentrados sob dois aspectos: por um lado sobre os negócios de um grupo de grandes empresas da área da construção, naturalmente fragilizando-as; e, por outro lado, contendo, ou mesmo paralisando investimentos governamentais e de estatais, tanto pela necessidade da revisão ou inovação nos instrumentos de controle, como pela magnitude dos malfeitos e das perdas financeiras requerendo

apuração.

As ações anticorrupção, consagradas pela designação de Lava Jato, passaram, num segundo momento, ora a ser associadas às dificuldades financeiras das empresas, com obras paralisadas e impedidas de participar de novas licitações, ora à queda dos investimentos governamentais. Criou-se, então, uma versão sorradeira, de que a Lava Jato era responsável pela desestruturação especialmente das grandes construtoras, colocando em cheque a sobrevivência destas, em prejuízo do país.

Nos desdobramentos, a ação da Lava Jato tem tido, é inegável, implicações que se manifestam em diferentes crises: a) microeconômica, na medida em que foram e estão sendo afetadas, porque denunciadas, inúmeras grandes empresas brasileiras; b) macroeconômica, dada a paralisação de obras de grande porte - e suspensão de novas licitações - com reflexos no emprego e na renda. Mas daí a acusar a investigação, e os in-

vestigadores, como responsáveis pelos indesejáveis reflexos econômicos entrelaçados com a ação da Justiça vai uma longa distância. Já que as coisas - o problema e as possíveis soluções - não são tão simples como possam parecer.

No aspecto microeconômico, é claro que a ação da Justiça na apuração de um surpreendente cipocal com ramificações de ilícitos teve impacto na vida das empresas envolvidas. Mas isso era inevitável, dada a extensão, complexidade e implicações ligadas às operações suspeitas.

E para que o processo fosse mais lento que o desejável, como ocorreu, frustrando a possibilidade de serem abreviados acordos de leniência e a volta das empresas à normalidade das operações, contribuíram as próprias empresas envolvidas. Pois é evidente que a longa resistência destas em reconhecer ou confessar os meandros dos esquemas de corrupção retardou, e tem retardado, a apuração do alcance e dimensões dos desvios.

No aspecto macroeconômico, também não se pode imputar só à operação saneadora a retra-

## Faça sua mensagem de Ano Novo chegar a todos

Anuncie na edição especial de 22 de dezembro



www.horadopovo.com.br